

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2023



Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A | Resultados do 4º trimestre de 2023

João Pessoa, 12 de março de 2024 - A Administração da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Paraíba”, “EPB” ou “Companhia”) apresenta os resultados do quarto trimestre (4T23) e exercício de 2023. As informações financeiras trimestrais intermediárias a seguir foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. Considerações gerais

A Companhia atende:



1,8 milhão
clientes cativos



273
clientes livres



4,1 milhões
habitantes



56.467
Km²



2.721
Colaboradores ^(*)
2.249 próprios e
472 terceirizados



222
Municípios ^(**)

(*) Não considera os colaboradores das empresas prestadoras de serviço ligadas à construção.

(**) Não considera pequenas áreas onde a Cia atende apenas alguns clientes e não o município como um todo, como é o caso de Orobó - PE e Pedras de Fogo - PB.

No final do exercício, os ativos operacionais da Companhia tiveram a seguinte evolução:

Descrição do ativo	2023	2022	Varição
Subestações - nº	73	73	-
Capacidade instalada nas subestações - MVA	1.614	1.589	25
Linhas de transmissão - km	2.454	2.422	32
Redes de distribuição - km	83.318	81.906	1.412
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	72.585	71.095	1.490
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	2.224	2.144	80

Nota: Alguns dados são provisórios passíveis de ajustes de inventário e contagem.

2. Desempenho econômico-financeiro

2.1. Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia nos períodos:

Desempenho econômico-financeiro						
Resultados - R\$ milhões						
Descrição	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Receita operacional líquida	802,2	633,8	+ 26,6	2.828,3	2.396,7	+ 18,0
Receita operacional líquida, sem receita de construção ⁽¹⁾	702,8	568,3	+ 23,7	2.495,5	2.118,3	+ 17,8
Margem bruta	301,5	255,5	+ 18,0	1.093,6	925,7	+ 18,1
Margem bruta ajustada ⁽²⁾	287,4	238,7	+ 20,4	1.037,7	869,2	+ 19,4
EBITDA ajustado recorrente ⁽³⁾	173,1	144,6	+ 19,7	639,8	524,8	+ 21,9
Resultado financeiro	(13,6)	(19,4)	- 29,7	(74,5)	(73,1)	+ 1,9
Lucro líquido ajustado recorrente ⁽⁴⁾	122,0	93,9	+ 29,8	400,9	307,0	+ 30,6
Indicadores operacionais						
Número de consumidores cativos (mil)	1.814,5	1.772,0	+ 2,4	1.814,5	1.772,0	+ 2,4
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) ⁽⁵⁾	1.188,6	1.139,5	+ 4,3	4.529,2	4.370,2	+ 3,6
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) - (GWh) ⁽⁵⁾	1.479,6	1.384,8	+ 6,8	5.607,3	5.322,1	+ 5,4
Indicadores Relativo						
EBITDA ajustado/Receita líquida (%)	21,6	22,8	- 1,2 p.p.	22,6	21,9	+ 0,7 p.p.
Indicadores financeiros - R\$ milhões						
	2023	2022	Var. %			
Ativo total	4.020,1	3.295,6	+ 22,0			
Caixa / equivalentes de caixa / aplicações financeiras	344,9	248,6	+ 38,7			
Patrimônio líquido	1.451,6	1.182,8	+ 22,7			
Endividamento líquido	1.289,5	1.013,5	+ 27,2			

(1) Receita de construção: receita de construção da infraestrutura. | (2) Margem bruta ajustada expurga o efeito do VNR | (3) EBITDA ajustado recorrente: EBITDA expurgando o efeito do VNR. | (4) Lucro líquido ajustado recorrente: Lucro líquido expurgando o efeito do VNR. | (5) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE. Os valores de 2022 referem-se aos valores somente da EPB, antes da incorporação da EBO.

3. Receita operacional

No 4T23, a receita operacional líquida, deduzida da receita de construção, mostrou aumento de 23,7% (R\$ 134,5 milhões) totalizando R\$ 702,8 milhões.

A receita operacional líquida do período está influenciada, em parte, pela atualização financeira do VNR no valor positivo de R\$ 14,0 milhões. Desta forma, a receita operacional líquida sem receita de construção e sem VNR, no 4T23, foi de R\$ 688,7 milhões, 24,9% (R\$ 137,3 milhões) maior do que o mesmo período de 2022.

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Receita operacional por segmento (R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	783,0	651,6	+ 20,2	2.879,0	2.801,1	+ 2,8
✓ Residencial	451,1	350,8	+ 28,6	1.629,1	1.528,3	+ 6,6
✓ Industrial	30,4	27,8	+ 9,4	124,2	124,4	- 0,2
✓ Comercial	147,5	122,4	+ 20,5	550,9	541,8	+ 1,7
✓ Rural	52,5	44,2	+ 18,8	172,3	163,0	+ 5,7
✓ Outras classes	101,5	106,4	- 4,6	402,5	443,5	- 9,3
(+) Suprimento de energia elétrica	4,1	6,3	- 35,1	21,1	28,2	- 25,3
(+) Fornecimento não faturado líquido	25,5	(1,1)	-	13,6	(26,3)	-
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	48,4	40,6	+ 19,1	190,6	153,0	+ 24,6
(+) Receita de construção de infraestrutura	99,5	65,5	+ 51,8	332,8	278,3	+ 19,6
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	38,6	17,2	+ 123,9	98,0	(79,9)	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	72,8	58,4	+ 24,6	258,9	214,4	+ 20,8
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	14,0	16,8	- 16,6	55,8	56,5	- 1,2
(+) Outras receitas	6,8	7,6	- 11,4	27,5	26,3	+ 4,3
(=) Receita operacional bruta	1.092,6	863,1	+ 26,6	3.877,1	3.451,7	+ 12,3
(-) Impostos sobre vendas	223,6	181,0	+ 23,5	809,1	861,7	- 6,1
(-) Encargos setoriais	66,7	48,3	+ 38,2	239,8	193,3	+ 24,0
(=) Receita operacional líquida	802,2	633,8	+ 26,6	2.828,3	2.396,7	+ 18,0
(-) Receita de construção de infraestrutura	99,5	65,5	+ 51,8	332,8	278,3	+ 19,6
(=) Receita operacional líquida, sem receita de construção de infraestrutura	702,8	568,3	+ 23,7	2.495,5	2.118,3	+ 17,8

3.1. Margem bruta

No 4T23, a margem bruta alcançou R\$ 301,5 milhões, 18,0% maior do que o mesmo período do ano anterior. Já a margem bruta ajustada foi de R\$ 287,4 milhões, aumento de 20,4% em relação ao 4T22.

Margem bruta Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Receita operacional líquida	802,2	633,8	+ 26,6	2.828,3	2.396,7	+ 18,0
(-) Custo de construção de infraestrutura	99,5	65,5	+ 51,8	332,8	278,3	+ 19,6
(=) Receita operacional líquida (sem custo de construção da infraestrutura)	702,8	568,3	+ 23,7	2.495,5	2.118,3	+ 17,8
(-) Custos e despesas não controláveis	401,3	312,8	+ 28,3	1.401,9	1.192,6	+ 17,6
Energia elétrica comprada para revenda	324,0	249,1	+ 30,1	1.122,2	962,6	+ 16,6
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	77,3	63,7	+ 21,4	279,7	230,1	+ 21,6
(=) Margem bruta	301,5	255,5	+ 18,0	1.093,6	925,7	+ 18,1
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	14,0	16,8	- 16,6	55,8	56,5	- 1,2
(=) Margem bruta ajustada	287,4	238,7	+ 20,4	1.037,7	869,2	+ 19,4

No comparativo entre os trimestres, a variação da receita líquida é explicada principalmente pelos seguintes fatores:

- (i) A receita de energia elétrica apresentou um crescimento de 20,2% acima do registrado no mesmo período em virtude do mercado da distribuidora que cresceu 6,8% no comparativo entre os trimestres e devido ao reajuste tarifário em agosto de 2023 com -1,46% de efeito médio para 90% dos consumidores, que corresponde a concessão da EPB antes do agrupamento e +12,83%, para aqueles consumidores da antiga EBO;
- (ii) Os ativos e passivos setoriais registraram um aumento de 123,9% neste trimestre influenciado pelos financeiros advindos da postergação do reajuste tarifário da Energisa Borborema do mês de fevereiro de 2023 para agosto de 2023, gerando assim um impacto positivo nesta linha;
- (iii) A linha de ativo financeiro da concessão - VNR apresentou redução de 16,6% no 4T23 na comparação ao mesmo período do ano passado, devido a menor inflação registrada no período referente à atualização ativo financeiro.

3.2. Mercado de energia

No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo) somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD) totalizaram 1.479,6 GWh, apresentando crescimento de 6,8% em relação ao mesmo período do ano anterior (maior taxa para o 4T em 13 anos).

O mercado da distribuidora cresceu nas principais classes de consumo, em especial na residencial, comercial e rural. A classe residencial (+12,2% ou 73,1 GWh), orientou 65% da alta, influenciada principalmente pelo clima mais quente. A classe comercial (+7,2% ou 17,7 GWh), além da questão climática, também foi favorecida pelo maior consumo em grandes varejistas ligados a distribuição de alimentos. A classe rural registrou crescimento de 9,7% (8,7 GWh), puxada por irrigantes, agropecuária e rural residencial, além da base baixa.

A composição do mercado no trimestre foi a seguinte:

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Residencial	672,0	598,9	+ 12,2	2.530,9	2.306,0	+ 9,8
Industrial	221,4	233,6	- 5,2	895,5	942,5	- 5,0
Cativo Industrial	42,5	49,9	- 14,9	185,6	202,9	- 8,5
Livre Industrial	179,0	183,7	- 2,6	709,9	739,5	- 4,0
Comercial	265,4	247,7	+ 7,2	1.009,2	961,1	+ 5,0
Cativo Comercial	194,4	190,5	+ 2,1	754,3	753,2	+ 0,2
Livre Comercial	71,0	57,2	+ 24,1	254,8	207,9	+ 22,6
Rural	99,2	90,4	+ 9,7	320,9	298,1	+ 7,6
Cativo Rural	98,5	90,4	+ 8,9	318,6	298,1	+ 6,9
Livre Rural	0,7	0,0	-	2,3	0,0	-
Outros	221,6	214,2	+ 3,5	850,8	814,4	+ 4,5
Cativo Outros	181,3	209,7	- 13,6	739,7	809,9	- 8,7
Livre Outros	40,3	4,4	+ 809,5	111,1	4,4	+ 2.405,9
1 Vendas de energia no mercado cativo	1.188,6	1.139,5	+ 4,3	4.529,2	4.370,2	+ 3,6
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	291,0	245,3	+ 18,6	1.078,1	951,9	+ 13,3
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	1.479,6	1.384,8	+ 6,8	5.607,3	5.322,1	+ 5,4
4 Fornecimento não faturado	32,2	31,6	+ 1,9	30,3	-3,9	-
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	1.511,8	1.416,4	+ 6,7	5.637,6	5.318,1	+ 6,0

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A Companhia encerrou o trimestre com 1.814.476 unidades consumidoras cativas, número 2,4% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior, e com 273 consumidores livres.

Para maiores detalhes, acessar o Boletim de Mercado - [clique no link](#)

3.3. Perdas de energia elétrica (“perdas”)

A Companhia encerrou o trimestre com indicador de perdas totais apresentando um aumento de 0,05 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior. A Companhia segue abaixo do referencial regulatório.

Últimos 12 meses

Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
dez/22	set/23	dez/23	dez/22	set/23	dez/23	dez/22	set/23	dez/23	
8,18	8,20	8,22	3,66	3,66	3,78	11,84	11,87	12,00	12,30 ●

3.4. Gestão da inadimplência

3.4.1. Taxa de inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”) e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
dez/23	dez/22	Varição em p. p.
0,59	1,08	-0,49

Para os clientes residenciais de baixa renda a Energisa aderiu ao programa “Desenrola Brasil” que foi ação relevante na regularização de débitos dos clientes aptos ao programa contribuindo na redução de R\$ 2,4 MM na PPECLD no trimestre.

3.4.2. Taxa de arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
dez/23	dez/22	Varição em p. p.
98,10	97,90	0,20

3.5. Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

A companhia manteve a tendência de melhoria contínua, alcançou o melhor resultado da série histórica para o DEC. Em dezembro de 2023 o DEC foi de 10,05 horas, redução de 0,51 horas em relação a 2022 (redução de 4,8%) e o FEC manteve-se no menor patamar histórico de 3,8 vezes, ambos se mantem abaixo do limite regulatório.

DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
dez/23	dez/22	Var. (%)	dez/23	dez/22	Var. (%)		
10,05	10,56	- 4,8	3,80	3,80	-	14,10 ●	7,96 ●

Nota: Os dados apresentados são obtidos a partir das bases de dados da ANEEL e são passíveis de alterações solicitadas pelo regulador.

3.6. Créditos de subvenção tarifária, baixa renda e sub-rogação

A Aneel autorizou o repasse de subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, rurais irrigantes e serviços públicos, através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891 de 2013. Esses recursos, por sua vez, foram registrados como receita operacional via tarifa. Os valores, por distribuidora, são os seguintes:

Trimestre			Exercício		
4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
72,8	58,4	+ 24,6	258,9	214,4	+ 20,8

4. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 547,2 milhões no 4T23, aumento de 26,8% (R\$ 115,7 milhões), quando comparado com o mesmo trimestre de 2022.

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	401,3	312,8	+ 28,3	1.401,9	1.192,6	+ 17,6
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	324,0	249,1	+ 30,1	1.122,2	962,6	+ 16,6
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	77,3	63,7	+ 21,4	279,7	230,1	+ 21,6
2 Custos e despesas controláveis	102,4	91,8	+ 11,6	376,6	337,2	+ 11,7
2.1 PMSO	94,5	86,2	+ 9,7	349,7	297,1	+ 17,7
2.1.1 Pessoal, administradores e benefício pós-emprego	41,9	41,8	+ 0,1	144,8	120,2	+ 20,5
2.1.3 Material	7,5	6,0	+ 24,2	29,7	25,7	+ 15,8
2.1.4 Serviços de terceiros	37,0	32,3	+ 14,5	151,7	131,4	+ 15,4
2.1.5 Outras	8,2	6,1	+ 35,3	23,5	19,8	+ 18,5
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	0,4	0,2	+ 148,9	2,1	1,0	+ 107,1
✓ Outros	7,8	5,9	+ 32,0	21,4	18,8	+ 13,8
2.2 Provisões/Reversões	7,9	5,6	+ 41,3	26,9	40,0	- 32,9
2.2.1 Contingências	5,2	1,7	+ 199,3	8,2	4,1	+ 100,7
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	2,7	3,9	- 29,8	18,7	36,0	- 48,0
3 Demais receitas/despesas	43,4	26,9	+ 61,6	138,5	102,0	+ 35,9
3.1 Amortização e depreciação	31,5	24,6	+ 28,2	117,1	94,7	+ 23,7
3.2 Outras receitas/despesas	11,9	2,3	+ 419,1	21,4	7,3	+ 194,6
Total custos e despesas operacionais (1+2+3)	547,2	431,4	+ 26,8	1.917,0	1.631,8	+ 17,5
Custo de construção de infraestrutura ⁽¹⁾	99,5	65,5	+ 51,8	332,8	278,3	+ 19,6
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, c/ custo de construção de infraestrutura)	646,6	497,0	+ 30,1	2.249,8	1.910,1	+ 17,8

⁽¹⁾ Os custos de construção de infraestrutura estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

✓ Pessoal, administradores e benefício pós-emprego

No trimestre, as despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego atingiram R\$ 41,9 milhões, praticamente em linha com o mesmo período do ano passado.

✓ Material

No trimestre, as despesas com materiais atingiram R\$ 7,5 milhões, acréscimo de 24,2% (R\$ 0,7 milhão) em relação ao mesmo período do ano passado, que é explicado pelos principais fatores:

- (i) + R\$ 0,4 milhão nas despesas com materiais técnicos, segurança e logística, sendo R\$ 0,1 milhão para atendimento à Resolução ANEEL 1.000.

✓ Serviços de terceiros

No trimestre, as despesas com serviços de terceiros atingiram R\$ 37,0 milhões, acréscimo de 24,2% (R\$ 4,7 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado, que é explicado pelos principais fatores:

- (i) + R\$ 1,6 milhão com serviços de manutenção e despesas com proteção a receita e atendimento ao cliente;
- (ii) + R\$ 1,1 milhão com maiores despesas de facilities e honorários advocatícios;
- (iii) + R\$ 0,9 milhão nas despesas de manutenção e conservação como despesas com poda de árvore, limpeza de faixa de servidão, manutenção em linhas e equipamentos;
- (iv) + R\$ 0,5 milhão com maiores despesas de consultoria.

✓ Outras despesas

No trimestre, as outras despesas atingiram R\$ 8,2 milhões, aumento de 35,3% (R\$ 2,1 milhões) comparado ao mesmo período do ano passado, explicado em grande parte pelos seguintes fatores:

- (i) - R\$ 1,7 milhão com maiores despesas com patrocínios e doações

Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”)

PPECLD de R\$ 18,7 milhões, redução de R\$ 17,3 milhões no ano.

5. Lucro líquido e EBITDA

No trimestre, o lucro líquido foi de R\$ 131,2 milhões, aumento de 21,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desconsiderando o efeito não caixa do VNR, o lucro líquido ajustado recorrente do trimestre seria de R\$ 122,0 milhões, R\$ 28,0 milhões (+ 29,8%) acima do registrado no 4T22.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T23	4T22	Var. %	Var. R\$	2023	2022	Var. %	Var. R\$
(=) Lucro líquido do período	131,2	108,2	+ 21,3	23,0	437,8	355,0	+ 23,3	82,8
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	9,3	14,3	- 35,1	(5,0)	36,9	47,9	- 23,1	(11,1)
(=) Lucro líquido ajustado recorrente	122,0	93,9	+ 29,8	28,0	400,9	307,0	+ 30,6	93,9

O EBITDA totalizou R\$ 187,1 milhões no trimestre, aumento de 15,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Desconsiderando o efeito não caixa do VNR, o EBITDA ajustado recorrente do trimestre seria de R\$ 173,1 milhões, R\$ 28,5 milhões (+ 19,7%) maior que o mesmo período do ano anterior.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T23	4T22	Var. %	Var. R\$	2023	2022	Var. %	Var. R\$
(=) EBITDA	187,1	161,4	+ 15,9	25,7	695,7	581,3	+ 19,7	114,4
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	14,0	16,8	- 16,6	(2,8)	55,8	56,5	- 1,2	(0,7)
(=) EBITDA ajustado recorrente	173,1	144,6	+ 19,7	28,5	639,8	524,8	+ 21,9	115,0

6. Estrutura de capital

6.1. Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais em dezembro, totalizou R\$ 63,4 milhões, frente ao montante negativo de R\$ 97,1 milhões registrados em setembro de 2023. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA)⁽¹⁾, que apresentaram montantes negativos de R\$ 281,5 milhões em dezembro, contra R\$ 317,4 milhões em setembro de 2023.

Em 31 de dezembro, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 1.289,5 milhões, contra R\$ 1.329,3 milhões em setembro de 2023 e o indicador dívida líquida / EBITDA ajustado foi reduzido para 1,7x.

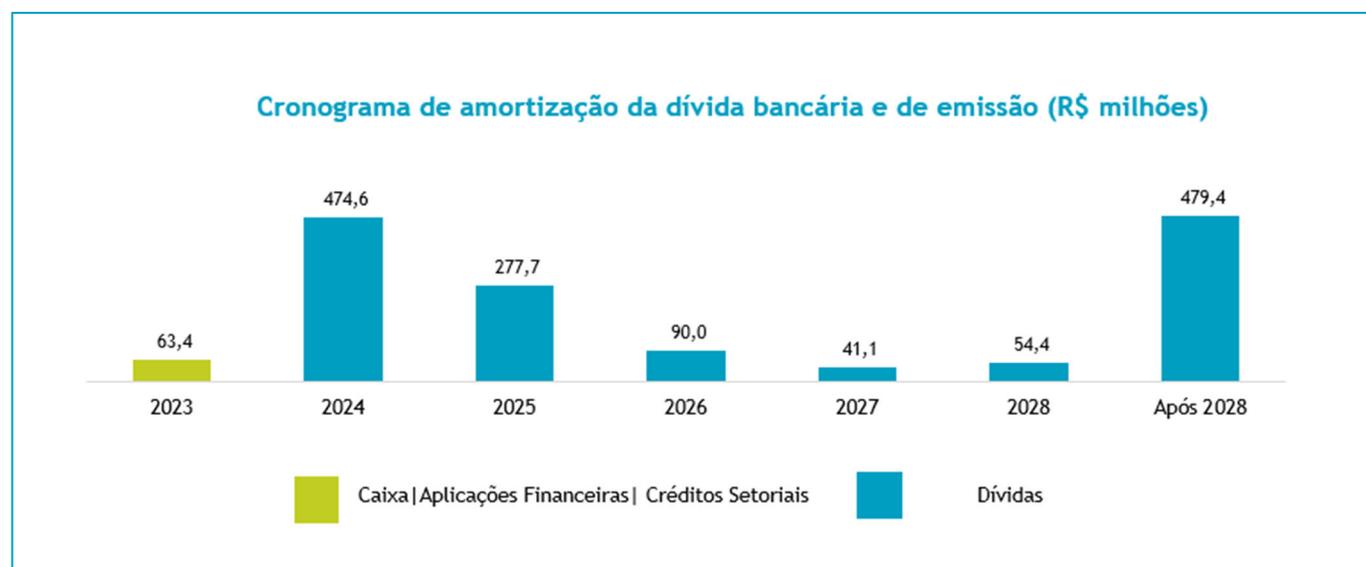
A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2023	30/09/2023	30/06/2023
Circulante	463,8	407,6	413,6
Empréstimos e financiamentos	251,4	191,4	189,1
Debêntures	214,5	209,5	211,0
Encargos de dívidas	8,7	6,1	7,9
Benefícios pós-emprego	0,6	1,3	1,3
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(11,4)	(0,7)	4,2
Não Circulante	889,0	824,7	871,1
Empréstimos e financiamentos	394,8	464,3	413,3
Debêntures	547,9	393,2	507,9
Benefícios pós-emprego	3,7	14,7	12,1
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(57,3)	(47,6)	(62,2)
Total das dívidas	1.352,8	1.232,2	1.284,6
(-) Disponibilidades financeiras	344,9	220,3	333,4
P Caixa e equivalentes de caixa	77,2	63,8	89,2
P Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	267,7	156,5	244,2
Total das dívidas líquidas	1.008,0	1.011,9	951,2
(-) Créditos CDE	42,0	38,3	37,1
(-) Créditos CVA ⁽¹⁾	(323,5)	(355,8)	(207,9)
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	1.289,5	1.329,3	1.122,0
Indicador Relativo			
Dívida líquida / EBITDA ajustado 12 meses ⁽²⁾	1,7	1,8	1,6

(1) Esses créditos se referem aos ativos e passivos financeiros setoriais. | (2) EBITDA ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

6.2. Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:



7. Investimentos

A composição dos investimentos no trimestre foi a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Ativo Elétrico	90,0	58,3	+ 54,4	337,1	309,9	+ 8,8
Obrigações Especiais (*)	3,4	7,2	- 52,6	20,5	19,6	+ 4,6
Ativo não Elétrico	11,9	11,0	+ 8,5	34,7	27,9	+ 24,6
Total dos Investimentos	105,3	76,4	+ 37,8	392,3	357,4	+ 9,8

(*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

8. Gestão de Pessoas, Saúde e Segurança

A Energisa Paraíba conta com um total de 2.721 colaboradores, divididos entre 2.249 empregados diretos e 472 parceiros contratados de terceiros. A empresa está comprometida com a constante evolução do ambiente de trabalho oferecido aos seus colaboradores, os quais são alvo de ações contínuas de capacitação, análise de desempenho e valorização.

O processo de avaliação de desempenho foi reformulado recentemente e passou a ser denominado Ciclo de Carreira e Desenvolvimento. Esse novo ciclo oferece um acompanhamento mais estruturado da performance, das entregas e do planejamento profissional de cada colaborador, proporcionando assim uma gestão mais eficaz e alinhada com os objetivos individuais e organizacionais.

Além disso, a Energisa tem como foco a saúde e integridade dos seus colaboradores, por meio da atuação preventiva e a gestão de um ambiente de trabalho saudável que abrange todos os níveis do Grupo. Para facilitar o acesso dos trabalhadores a serviços médicos e de saúde não relacionados ao trabalho, a Energisa integra todas as áreas da organização em conjunto com as lideranças, incentivando a participação nos programas de promoção da saúde.

Por isso, o Grupo implantou a iniciativa Viva Energia, que tem como objetivo o foco na saúde integrada dos colaboradores. Suas ações são voltadas à prevenção de doenças, ao estímulo a um estilo de vida saudável e ao acompanhamento das condições de saúde de todo o público interno, incluindo pacientes crônicos e grupos de risco. O atendimento é realizado por equipes multidisciplinares, compostas por médicos do trabalho, nutricionistas, profissionais de educação física, fisioterapeutas e psicólogos. Além destas ações, ele também oferece atenção especial às colaboradoras gestantes (e às dependentes dos colaboradores). Busca prevenir doenças ocupacionais e combater a transmissão de moléstias no ambiente de trabalho, proporcionando um ambiente seguro e saudável para nossas pessoas.

Também foi criado o programa Saúde Integral, com iniciativas focadas no bem-estar de colaboradores e dependentes. Este é a porta de entrada para que o beneficiário tenha apoio e atendimento 24 horas por dia e sete dias por semana em campos como social, psicológico, físico, jurídico, nutricional, previdenciário e financeiro. Para pacientes crônicos, como portadores de obesidades, doenças cardiovasculares, diabetes ou doenças respiratórias, há monitoramento ativo, com atendimento telefônico e orientações específicas.

9. Responsabilidade socioambiental

A aproximação com a sociedade local, por meio de ações culturais e de manifestação dos valores regionais, está entre os compromissos da Energisa. Assim, a Companhia investe em ações de incentivo à produção cultural e à preservação da memória em suas áreas de concessão, de forma a impulsionar a economia criativa onde atua.

Em 2023, a Energisa Paraíba destinou cerca de R\$ 2,5 milhões para ações de impacto social nas frentes de educação, cultura, esporte, combate à fome e segurança alimentar, entre outras.

Eficiência energética

O projeto Nossa Energia é um conjunto de iniciativas para o combate ao desperdício de energia em comunidades de baixa renda, estimulando o consumo consciente. Incluem substituição de lâmpadas incandescentes e fluorescentes compactas por LED, substituição de refrigeradores obsoletos por equipamentos eficientes e realização de palestras sobre o uso racional da energia elétrica. A empresa investiu R\$ 9,8 milhões no ano de 2023.

Iniciativas ambientais

A Energisa Paraíba, apoiada por uma sólida Política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança, compromete-se com a convivência harmônica e responsável com o meio ambiente ao redor de suas operações. A empresa se destaca pelo uso racional dos recursos naturais e pela busca contínua de melhorias no seu desempenho ambiental. Para tanto, dispõe de uma equipe dedicada à gestão ambiental e ao licenciamento de empreendimentos, fundamentando suas práticas no sistema de gestão ambiental alinhado à norma ISO 14001.

A Energisa Paraíba também se dedica à implementação de técnicas e critérios de sustentabilidade em suas instalações, incluindo a construção e manutenção de empreendimentos com atributos sustentáveis, como é o caso das sedes em Campina Grande, Patos, Sousa e Guarabira.

Em 2023, as iniciativas ambientais da empresa abrangeram diversas áreas, como:

Mobilidade Elétrica: A introdução de novos veículos elétricos em João Pessoa a partir de 2021, somando-se à unidade já existente, destacando o controle operacional avançado por meio da telemetria, visando a redução das emissões de gases de efeito estufa.

Emissões Atmosféricas: Participação no inventário de emissões de gases de efeito estufa do Grupo Energisa, cobrindo os escopos 1, 2 e 3, com a Energisa Paraíba sendo uma das empresas do grupo a obter a Certificação diretamente.

Biodiversidade: Na construção de linhas de distribuição de alta tensão e subestações, são elaborados Relatórios Ambientais Simplificados (RAS), estudos de arqueologia preventiva (quando necessário, sob supervisão do IPHAN), além de Estudos de Viabilidade Ambiental (EVA), Plano de Controle Ambiental (PCA) e inspeções ambientais. Medidas são adotadas nas subestações para prevenir o contato acidental de animais.

Água e Efluentes: O Projeto de Reforma Civil em Subestações visa a construção de bacias de contenção para óleos isolantes e sistemas separadores de água e óleo, mitigando áreas contaminadas por possíveis vazamentos.

Resíduos: A companhia segue procedimentos rigorosos para o manuseio, transporte e destinação final de resíduos, promovendo o acondicionamento e a regeneração de óleos isolantes, bem como a recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização de materiais e a prevenção da poluição ambiental.

Além disso, a Energisa Paraíba se esforça para contratar fornecedores com práticas ambientais comprovadamente responsáveis, educando parceiros e clientes sobre as boas práticas ambientais adotadas pela empresa. A companhia também trabalha junto ao poder público para promover a compatibilidade entre obras e arborização, além de treinamentos sobre procedimentos adequados para a poda de árvores e o uso de redes protegidas e isoladas.

10. Eventos subsequentes

10.1. Aprovação de dividendos

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 12 de março de 2024, aprovou a distribuição de dividendos à conta do lucro do exercício de 2023, no montante de R\$ 84,8 milhões, equivalentes a R\$80,95123870513 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 01 de abril de 2024, com base na posição acionária da Companhia em 13 de março de 2024.

A Administração.

Demonstrações financeiras

1 Balanço patrimonial ativo

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	77.152	45.256
Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	5.2	267.703	203.328
Consumidores e concessionárias	6	389.394	333.192
Estoques		10.546	9.984
Tributos a Recuperar	7	256.298	197.805
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	31	32.435	4.310
Despesas antecipadas		8.649	5.514
Outros créditos	10	124.251	117.617
Total do circulante		1.166.428	917.006
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Consumidores e concessionárias	6	81.676	68.270
Tributos a recuperar	7	188.066	243.590
Cauções e depósitos vinculados	23	47.883	40.710
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	31	59.259	54.023
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	1.505.830	1.141.491
Outros créditos	10	2.415	2.415
		1.885.129	1.550.499
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	14	131.726	107.399
Investimentos		202	161
Imobilizado	15	31.833	17.396
Intangível	16	804.790	703.127
Total do não circulante		2.853.680	2.378.582
Total do ativo		4.020.108	3.295.588

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

2 Balanço patrimonial passivo

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	17	264.867	167.951
Encargos de dívidas	18	8.747	6.735
Empréstimos e financiamentos	18	251.357	152.374
Debêntures	19	214.544	181.370
Impostos e contribuições sociais	20	87.432	68.751
Encargos setoriais	22	39.472	33.986
Obrigações estimadas		15.899	14.011
Passivos financeiros setoriais	9	252.518	166.783
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	31	20.995	19.790
Contribuição de iluminação pública		17.822	20.962
Benefícios pós-emprego	32	600	1.248
Arrendamentos operacionais		195	679
Efeitos da Redução do ICMS na base de calculo do Pis e Cofins	21	138.642	-
Outras contas a pagar		31.887	42.187
Total do circulante		1.344.977	876.827
Não circulante			
Fornecedores	17	15.313	9.626
Empréstimos e financiamentos	18	394.767	242.170
Debêntures	19	547.896	554.198
Impostos e contribuições sociais	20	46.353	43.959
Impostos e contribuições sociais diferido	12	36.803	1.123
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	23	16.774	23.742
Encargos setoriais	22	16.925	10.488
Passivos financeiros setoriais	9	70.953	23.363
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	31	1.929	-
Benefícios pós-emprego	32	3.681	6.586
Arrendamentos operacionais		1.129	1.239
Efeitos da Redução do ICMS na base de calculo do Pis e Cofins	21	67.447	316.250
Outras contas a pagar		3.566	3.256
Total do não circulante		1.223.536	1.236.000
Patrimônio líquido			
Capital social realizado	24.1	747.679	576.055
Reservas de capital	24.2	111.687	110.588
Reservas de lucros	24.3 a 24.4	512.968	421.175
Dividendos adicionais propostos	24.5	84.796	83.269
Outros resultados abrangentes	24.6	(5.535)	(8.326)
Total do patrimônio líquido		1.451.595	1.182.761
Total do passivo e patrimônio líquido		4.020.108	3.295.588

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

3 Demonstração do resultado

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	25	2.828.324	2.396.675
Custo do serviço de energia elétrica	26	(1.401.946)	(1.192.628)
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	26	(668.887)	(570.081)
Lucro bruto		757.491	633.966
Despesas gerais e administrativas	26	(157.587)	(140.124)
Outras receitas	27	2.030	5.993
Outras despesas	27	(23.421)	(13.253)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		578.513	486.582
Receitas financeiras	28	122.310	125.452
Despesas financeiras	28	(196.828)	(198.571)
Despesas financeiras líquidas		(74.518)	(73.119)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		503.995	413.463
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(31.962)	(38.201)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	(34.243)	(20.305)
Lucro líquido do exercício		437.790	354.957
Lucro básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$	29	431,32	386,66

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

4 Demonstração do resultado abrangente

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		437.790	354.957
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes	24.6	2.791	6.283
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de tributos		440.581	361.240

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

5 Demonstração das mutações do patrimônio líquido

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de capital			Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
		Remuneração de imobilizações	Reserva especial de ágio	Outras reservas de capital	Legal	Retenção de lucros	Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda)				
	576.05										1.091.898
Saldos em 01 janeiro de 2022	5	2.457	94.078	3.290	78.739	-	270.783	81.105	-	(14.609)	8
Pagamentos dividendos adicionais propostos	24.5	-	-	-	-	-	-	(81.105)	-	-	(81.105)
Reserva Incentivo fiscal-reinvestimento	24.2	-	-	10.386	-	-	-	-	-	-	10.386
Programa de remuneração variável - ILP	24.2	-	-	377	-	-	-	-	-	-	377
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	354.957	-	354.957
Proposta de destinação do lucro líquido:											
Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda/reinvestimento)	24.4	-	-	-	-	-	71.653	-	(71.653)	-	-
Dividendos	24.5	-	-	-	-	-	-	-	(200.035)	-	(200.035)
Dividendos adicionais propostos	24.5	-	-	-	-	-	-	83.269	(83.269)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos											
Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	24.6	-	-	-	-	-	-	-	-	9.518	9.518
Tributos sobre ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	24.6	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.235)	(3.235)
	576.05										1.182.761
Saldos em 31 dezembro de 2022	5	2.457	94.078	14.053	78.739	-	342.436	83.269	-	(8.326)	1
Aumentos de Capital por incorporação conf. AGE 30/04/2023	24.1	171.624	-	-	-	-	-	-	-	-	171.624
Pagamentos dividendos adicionais propostos	24.5	-	-	-	-	-	-	(83.269)	-	-	(83.269)
Programa de remuneração variável - ILP	24.2	-	-	1.099	-	-	-	-	-	-	1.099
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	437.790	-	437.790
Proposta de destinação do lucro líquido:											
Reserva legal	24.3	-	-	-	21.889	-	-	-	(21.889)	-	-
Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda/reinvestimento)	24.4	-	-	-	-	-	69.904	-	(69.904)	-	-
Dividendos	24.5	-	-	-	-	-	-	-	(183.387)	-	(183.387)
Juros sobre capital próprio atribuídos aos dividendos	24.5	-	-	-	-	-	-	-	(77.814)	-	(77.814)
Dividendos adicionais propostos	24.5	-	-	-	-	-	-	84.796	(84.796)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos											
Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	24.6	-	-	-	-	-	-	-	-	4.229	4.229
Tributos sobre ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	24.6	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.438)	(1.438)
	747.67				100.62						1.451.595
Saldos em 31 dezembro de 2023	9	2.457	94.078	15.152	8	-	412.340	84.796	-	(5.535)	5

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

6 Demonstração do valor adicionado

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	25	3.544.364	3.173.371
Outras receitas	27	2.030	5.993
Receitas relativas a construção de ativos próprios	25 e 28	336.529	281.407
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	26	(18.700)	(35.969)
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia elétrica vendida		1.264.396	1.076.526
Materiais e serviços de terceiros		179.287	160.014
Outros custos operacionais		382.405	311.499
		1.826.088	1.548.039
Valor adicionado bruto		2.038.135	1.876.763
Amortização e depreciação	26	117.140	94.712
Valor adicionado líquido		1.920.995	1.782.051
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	28	128.275	131.570
Valor adicionado total a distribuir		2.049.270	1.913.621
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		72.857	61.860
Benefícios		40.140	32.958
FGTS		8.169	6.104
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		510.564	429.109
Estaduais		535.727	630.818
Municipais		2.021	1.679
Obrigações intrasetoriais		239.754	193.309
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	28	200.575	201.640
Aluguéis		1.673	1.187
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	24.4	183.387	200.035
Dividendos adicionais propostos	24.4	84.796	83.269
Reserva legal		21.889	-
Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda/reinvestimento)	24.4	69.904	71.653
Juros sobre capital próprio atribuídos aos dividendos		77.814	-
		2.049.270	1.913.621

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

7 Demonstração dos fluxos de caixa

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		437.790	354.957
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	12	66.205	58.506
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		96.689	119.606
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	(55.849)	(56.531)
Amortização e Depreciação	26	117.140	94.712
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	26	18.700	35.969
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	23	8.177	3.692
Marcação a mercado de dívidas	28	23.399	(10.130)
Marcação a mercado de derivativos	28	(34.393)	11.992
Instrumentos financeiros derivativos	28	30.593	1.241
Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	27	12.084	7.324
Programa de remuneração variável - ILP	11	1.099	770
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) Diminuição de consumidores e concessionárias		(37.110)	154.338
Diminuição (aumento) de estoques		620	(1.248)
(Aumento) de tributos a recuperar		(34.534)	(19.533)
(Aumento) diminuição de cauções e depósitos vinculados		(1.761)	470
(Aumento) diminuição de despesas pagas antecipadamente		(2.366)	269
(Aumento) de outros créditos		(14.262)	(18.096)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento (diminuição) de fornecedores		54.748	(148.268)
Aumento de impostos e contribuições sociais		156.568	86.165
Imposto de renda e contribuição social pagos		(40.289)	(45.389)
Aumento de obrigações estimadas		1.888	756
Variação dos ativos e passivos setoriais	9	(75.811)	97.441
Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	23	(15.046)	(6.312)
(Diminuição) de outras contas a pagar		(17.307)	(20.614)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		696.972	702.087
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		(15.559)	31.883
Aplicações no intangível e imobilizado	14, 15 e 16	(337.029)	(303.928)
Alienação de bens do imobilizado e intangível	13, 15 e 16.1	5.895	3.708
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(346.693)	(268.337)
Atividades de financiamento			
Caixa, equivalente de caixa adquiridos no agrupamento de concessões		30.027	-
Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	18 e 19	353.411	71.277
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	18 e 19	(209.355)	(105.834)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	18 e 19	(108.831)	(94.352)
Pagamento recebimento por liquidação de instrumentos financeiros derivativos		(29.465)	(12.925)
Pagamentos de dividendos	24.5	(274.562)	(281.140)
Pagamento juros sobre capital próprio		(77.814)	-
Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil		(1.794)	(1.928)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(318.383)	(424.902)
Variação líquida do caixa		31.896	8.848
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	5.1	45.256	36.408
Caixa mais equivalentes de caixa finais	5.1	77.152	45.256
Variação líquida do caixa		31.896	8.848

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

8 Balanço social

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2023						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de cálculo	2023			2022		
Receita líquida (RL)	2.828.324			2.801.201		
Resultado operacional (RO)	503.995			540.555		
Folha de pagamento bruta (FPB)	123.094			118.246		
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	25.911	21,05%	0,92%	22.069	20,29%	0,92%
Encargos sociais compulsórios	16.794	13,64%	0,59%	13.580	12,48%	0,57%
Previdência privada	3.129	2,54%	0,11%	8.679	7,98%	0,36%
Saúde	8.533	6,93%	0,30%	6.667	6,13%	0,28%
Segurança e saúde no trabalho	2.349	1,91%	0,08%	5.798	5,33%	0,24%
Educação	172	0,14%	0,01%	124	0,11%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	843	0,68%	0,03%	853	0,78%	0,04%
Creches ou auxílio-creche	938	0,76%	0,03%	332	0,31%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	15.315	12,44%	0,54%	20.669	19,00%	0,86%
Outros	6.720	5,46%	0,24%	3.969	3,65%	0,17%
Total - Indicadores sociais internos	80.704	65,55%	2,85%	82.740	76,06%	3,46%
3 - Indicadores sociais externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	310	0,06%	0,01%	272	0,07%	0,01%
Cultura	1.217	0,24%	0,04%	868	0,21%	0,04%
Esporte	-	0,00%	0,00%	270	0,07%	0,01%
Outros	965	0,19%	0,03%	187	0,05%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	2.492	0,49%	0,08%	1.597	0,40%	0,07%
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.271.272	252,24%	44,95%	1.048.026	253,48%	43,73%
Total - Indicadores sociais externos	1.273.764	252,73%	45,03%	1.049.623	253,88%	43,80%
4 - Indicadores ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	61.935	12,29%	2,19%	70.789	17,12%	2,95%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	6.354	1,26%	0,22%	5.182	1,25%	0,22%
Total dos investimentos em meio ambiente	68.289	13,55%	2,41%	75.971	18,37%	3,17%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50%		<input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50%		<input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%
5 - Indicadores do corpo funcional	2023			2022		
Nº de empregados(as) ao final do período	2.249			2.008		
Nº de admissões durante o período	159			195		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	472			488		
Nº de estagiários(as)	55			60		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	318			326		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	334			299		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	23,80%			22,37%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	1.168			1.033		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	35,71%			32,90%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	115			102		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2023			Metas 2024		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	57,13			57,13		
Número total de acidentes de trabalho	9			5		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivar e seguirá a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> apoiará	<input type="checkbox"/> organizar e incentivar	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> apoiará	<input type="checkbox"/> organizar e incentivar
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 439.900	no Procon 913	na Justiça 2.668	na empresa 439.900	no Procon 886	na Justiça 3.801
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 40%	na empresa 98,7%	no Procon 100%	na Justiça 45%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2023: 2.049.270			Em 2022: 1.913.621		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	63% governo 13% acionistas	6% colaboradores(as) 10% terceiros	8% retido	66% governo 15% acionistas	5% colaboradores(as) 11% terceiros	4% retido
7 - Outras Informações	2023			2022		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União	-			-		
7.1.2 - Investimento do Estado	-			-		
7.1.3 - Investimento do Município	-			-		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	-			-		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	-			-		
7.2 - Programa de eficiência Energética	9.826			8.141		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	373			3.484		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	10.199			11.625		

Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

1.1. Declaração de conformidade

A Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A ("Companhia" ou "EPB"), é uma sociedade por ações de capital aberto, com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM desde 29 de janeiro de 2010. A Companhia atua como concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Energisa S/A e possui sede na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba. Sua área de concessão abrange todo o Estado da Paraíba, atendendo a 1.814.743 consumidores em 222 municípios.

1.2. Agrupamento de áreas de concessão

Em 13 de setembro de 2022, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 12.687, autorizou o agrupamento das áreas de concessão previstas nos Contratos de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 019/2001-ANEEL da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. e nº 08/2000-ANEEL da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.

Para tanto em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2023 foi aprovado: (i) incorporação pela Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A da empresa Energisa Borborema (EBO) - Distribuidora de Energia S.A.; (ii) em decorrência das incorporações do acervo líquido positivo da EBO, aumento de capital na Companhia no valor total de R\$171.624, mediante a emissão de 129.329 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, subscritas e integralizadas pelos atuais acionistas da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.

A ANEEL, através do Despacho 2.673, de 3 de agosto de 2023, considerou atendida a exigência de envio dos documentos comprobatórios de formalização da operação anuída pela Resolução Autorizativa nº 12.687, de 13 de setembro de 2022.

Em 09 de agosto de 2023, foi assinado o 5º Termo Aditivo do contrato de concessão da EPB, formalizando o agrupamento das áreas de concessão da EPB e EBO.

A operação tem por finalidade, o atendimento da regulamentação vigente, obtenção de sinergia para melhorar os serviços prestados aos consumidores por meio da integração dos sistemas utilizados e está inserida em um projeto de simplificação da estrutura societária do Grupo Energisa, devendo resultar em redução de custos de natureza operacional, administrativa e financeira, conferindo maior eficiência gerencial e organizacional às áreas de concessão.

Após a unificação, a EPB passou atender 1.794 mil clientes em uma área de cobertura de pouco mais de 56.467 mil km², que envolve 222 municípios no estado da Paraíba. Para tanto, a Concessionária permanecerá com 2.713 mil colaboradores. (Informações fora do escopo dos auditores independentes).

Por fim, para a concretização da operação, o patrimônio líquido da empresa Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A foi avaliado na data base de 31 de março de 2023, com base no valor contábil, pelo montante de R\$171.624, conforme Laudo de Avaliação Contábil para Fins de Incorporação, emitidos por peritos avaliadores.

O acervo líquido contábil avaliado está apresentado como segue:

Descrição	Valor
Caixa, equivalente de caixa	30.027
Aplicações financeiras	17.147
Consumidores e concessionárias	47.692
Estoques	1.182
Tributos a recuperar	8.614
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	60.612
Despesas Antecipadas	769
Ativos financeiros setoriais	26.802
Cauções e depósitos vinculados	5.412
Ativo financeiro indenizável da concessão	130.964
Instrumentos financeiros derivativos	4.571
Outros créditos	14.702
Investimentos	103
Imobilizado	1.102
Intangível - contrato de concessão	63.762
Intangível - direito de uso	168
Intangível - software	4.207
Ativo contratual - Infra-estrutura em construção	8.769
Fornecedores	23.426
Dividendos a pagar	7.906
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida	78.690
Debêntures	18.314
Impostos e contribuições sociais	13.892
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	57.183
Passivos financeiros setoriais	32.511
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	1.100
Instrumentos financeiros derivativos	7.609
Contribuição Iluminação Pública	3.291
Benefício pós emprego	143
Arrendamentos Operacionais	187
Encargos setoriais	4.618
Outras contas a pagar	6.111
Acervo líquido	171.624

Os saldos de valores a receber e a pagar entre empresas foram eliminados no processo de incorporação.

1.3. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 15 de janeiro de 2001, foi outorgado à Energisa Paraíba a concessão para a distribuição de energia elétrica em 216 municípios no Estado de da Paraíba, pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 14 de janeiro de 2031. O contrato de concessão foi homologado junto à ANEEL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo exercício, a critério do poder concedente, conforme Lei nº 12.783/2013.

O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I - Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas e Energia - MME.

As informações referentes a reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual - infraestrutura em construção e receita de construção da infraestrutura, estão apresentadas nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14 e 25, respectivamente.

1.4 Capital Circulante Líquido negativos

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2023 capital circulante líquido negativo no montante de R\$178.549 (R\$40.179 positivo em 2022).

A Administração, vem implementando ações objetivando reduzir custos operacionais, principalmente o de combate a perdas de energia, redução da inadimplência, manutenções e investimentos necessários nas linhas, redes e subestações, de forma a melhorar o desempenho econômico e financeiro da Companhia. Considera também, que para manter o ritmo de melhorias e a evolução econômica as necessidades de caixa que se fizer necessária para cumprir os compromissos assumidos pela Companhia, serão garantidos pela controladora Energisa S/A.

2. Apresentação das informações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2024.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 31.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 6 - Consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada) e Provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa;
- II. Nota explicativa nº 9 - Ativos e passivos financeiros setoriais;
- III. Nota explicativa nº 12 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente;
- IV. Nota explicativa nº 13 - Ativo financeiro indenizável da concessão (ativo de contrato);
- V. Nota explicativa nº 15 - Imobilizado;
- VI. Nota explicativa nº 16 - Intangível;
- VII. Nota explicativa nº 23 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais;
- VIII. Nota explicativa nº 26 - Custo e despesas operacionais (energia elétrica comprada para revenda);
- IX. Nota explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e
- X. Nota explicativa nº 32 - Benefícios pós emprego.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Principais práticas contábeis

a. **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

b. Instrumentos financeiros e operações de hedge

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de

principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas - Nota explicativa nº 2.3;
- Consumidores e concessionárias - Nota explicativa nº 6; e
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos - Nota explicativa nº 31.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito

esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perdas de créditos esperadas de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias a Companhia realiza duas sensibilidades: (i) análise retrospectiva com base no envelhecimento da carteira de clientes por classe de consumo; e, (ii) análise prospectiva por meio da aplicação de índice de perdas com base em sua experiência histórica de perdas de créditos, por classe, que são aplicados aos saldos não alcançados pela análise retrospectiva.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2023, compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos:

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em “Swap”, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designados em uma contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em “outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de “hedge”

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como *hedge* de valor justo. No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia e documenta se o instrumento de *hedge* usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*. A nota explicativa nº 31, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*.
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.
- O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os *hedges* que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de *hedge* são registrados conforme descrito abaixo:

“*Hedges*” de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecida na demonstração do resultado como despesas financeiras. A mudança no valor justo do item objeto de *hedge* atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como despesas financeiras.

Para *hedges* de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do *hedge*, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de *hedge* for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado;

- c. **Consumidores e concessionárias** - inclui, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

- d. **Estoques** - estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- e. **Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão;
- f. **Ativo financeiro indenizável da concessão** - corresponde aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder concedente e a Companhia, no qual estabelecem e determinam para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão para as Distribuidoras, está atendido de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde, para o segmento de distribuição, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras de energia elétrica, bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, expectativa de glosas baseado na experiência da Administração e no histórico de glosas observadas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e

melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº 13;

- g. Ativo contratual - Infraestrutura em construção** - é o direito contratual das distribuidoras de energia elétrica de cobrarem pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber caixa ou outro ativo financeiro, relacionada às obras em construção para atendimento as demandas de expansão e melhoria de sua área de concessão. Quanto da entrada em operação os ativos são transferidos para o Intangível - contrato de concessão na proporção equivalente ao que será remunerado via tarifa pelo tempo do contrato de concessão ou para um Ativo financeiro indenizável da concessão pelo valor residual dos ativos não amortizados que serão revertidos ao poder concedente mediante indenização ao final da concessão, quando aplicável;
- h. Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício, deduzido da despesa de depreciação, calculada pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

- i. Intangível** - compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) e softwares.

Os softwares são ativos adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização pelo prazo de cinco anos.

Os ativos intangíveis relacionados aos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica são registrados à medida que o concessionário recebe o direito (autorização) de cobrar dos usuários dos serviços públicos pelos serviços prestados, o seja, o direito de explorar a infraestrutura, construída ou adquirida sob o regime de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, e de cobrar, via tarifa, o serviço público prestado. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

- j. Arrendamentos** - os contratos, são avaliados se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

- Intangíveis direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos

de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

k. **Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20);

l. **Redução a valor recuperável**

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- (i) **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas que por sua vez são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2023 e 2022, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

m. Empréstimos, financiamentos e debêntures - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício;

n. Derivativos - a Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 31;

o. Imposto de renda e contribuição social - compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incertezas quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurado pela Companhia;

p. Incentivos fiscais SUDENE e de reinvestimentos - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos são reconhecidos no resultado do exercício e destinados a Reserva de lucros - Reservas de incentivos fiscais de imposto de renda, na qual são mantidos até sua capitalização (nota explicativa nº 12);

q. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;

r. Ajuste a valor presente - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de

recebimento, nas datas das respectivas transações;

- s. **Dividendos e juros sobre o capital próprio** - os dividendos e juros sobre capital próprio atribuídos aos dividendos foram declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;
- t. **Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção da infraestrutura, receita de disponibilidade do uso dos sistemas de transmissão e distribuição (TUSD), suprimento de energia a concessionária (venda de energia na CCEE), receita de constituição e amortização - CVA ativa e passiva e outras receitas operacionais relacionadas aos serviços prestados.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida quando a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal por meio da com emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês.

A receita de construção da infraestrutura corresponde às receitas e custos apurados durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos.

As receitas de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUST e TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativas da Administração. A receita de constituição e amortização de CVA ativa e passiva e outros itens componentes é reconhecida no resultado do exercício, quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

A receita com subvenções governamentais vinculadas ao serviço concedido somente é reconhecida quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos. São registradas no resultado dos exercícios em que a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários. As subvenções recebidas via aporte da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”) (nota explicativa nº 10) referem-se à compensação de descontos concedidos com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato às distribuidoras;

- u. **Benefícios pós-emprego** - a Companhia oferece aos seus colaboradores planos de benefícios previdenciários, assistência médico-hospitalar e outros benefícios pós-empregos. Os planos de benefícios para suplementação de aposentadoria e pensões são classificados nas modalidades benefício definido (BD) e contribuição definida (CD). O valor presente das obrigações dos planos de benefício definido é calculado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado, com base em premissas e projeções de taxas de

juros, inflação, variação dos benefícios, expectativa de vida, e outras variáveis. A taxa de desconto é o rendimento observado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Na modalidade de benefício definido quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. Quando o cálculo atuarial resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Na modalidade de contribuição definida, no qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

A Companhia participa do custeio dos planos de assistência médico-hospitalar aos seus empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

A Companhia concede a seus colaboradores, uma gratificação por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), firmado em Acordo Coletivo de Trabalho. A gratificação varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes, líquido de tributos, diretamente no patrimônio líquido;

- v. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/ encargos incorridos até a data do balanço; e
- w. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em demonstrações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com covenants	1º de janeiro de 2024
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores	1º de janeiro de 2024
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and leaseback"	1º de janeiro de 2024

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
IAS 12	Impostos Diferidos ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 222 municípios do Estado da Paraíba, e sua demonstração de resultado do exercício reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1. Caixa e equivalente de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída por compromissada. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2023 equivale a 85,0% do CDI.

Descrição	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	60.501	45.256
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Compromissada	16.651	-
Total caixa e equivalentes de caixa ⁽¹⁾	77.152	45.256

⁽¹⁾ As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: fundo de renda fixa, letra financeira, nota do tesouro nacional, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2023 equivale a 97,4% (101,7% do CDI em 2022).

	2023	2022
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Certificado de Depósito Bancário CDB	1.322	1.201
Fundo de Investimento ⁽¹⁾	9.943	18.622
Fundos de investimentos exclusivos ⁽²⁾		
Certificado de Depósito Bancário CDB	1.143	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	1.375	3.663
Compromissadas	23.567	3.079
Fundo Multimercado	228	2.175
Fundo de Renda Fixa	195.226	146.519
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	10.013	10.936
Letra Financeira (LFPN)	-	236
Letra Financeira (LF)	20.027	12.829
Nota de Crédito (NC)	358	-
Letra Financeira (LFS)	102	-
Letra Financeira (LTN)	-	164

	2023	2022
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	4.310	3.676
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	89	228
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados - circulante ⁽³⁾	267.703	203.328

(1) **Fundos de Investimentos** - inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de -25,5% a 105,5% e média ponderada 45,5% (31,4% a 112,1% e média ponderada 71,1% em 31 de dezembro de 2022) do CDI.

(2) **Fundo de investimentos exclusivos** - inclui aplicações em CDB, CCB, Compromissadas, Fundo Multimercado, Fundos de Renda Fixa, LFT, LFPN, NC, LFS, LF, LTN, NTNB e NTNF são remuneradas a 101,6% do CDI Fundo BB Energisa, 103,5% (108,1% em 2022) do CDI Fundo BTG Zona da Mata, e 98,6% (117,3% em 2022) do CDI Fundo Zona da Mata, 85,1% (138,0% em 2022) do CDI Fundo MAG Zona da Mata e 98,1% (127,8% em 2022) do CDI Fundo Cataguases;

(3) Inclui R\$2.766 (R\$2.241 em 2022) referente a bloqueios judiciais, Garantia de materiais (RED) e outros, conforme segue:

	2023	2022
Bloqueio Judicial	2.012	1.551
Garantia Judicial	754	690
Total	2.766	2.241

6. Consumidores e concessionárias

Englobam, o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros. A energia elétrica não faturada é apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD ⁽¹⁾	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		2023	2022
Valores correntes:									
Residencial	69.996	-	54.465	6.611	921	977	(10.160)	122.810	99.704
Industrial	6.985	-	2.089	200	408	6.513	(6.518)	9.677	8.672
Comercial	28.902	-	9.841	911	983	5.210	(6.287)	39.560	33.282
Rural	9.847	-	6.344	959	1.408	1.100	(1.133)	18.525	16.829
Poder público	18.493	-	690	18	10	205	(211)	19.205	16.455
Iluminação pública	9.739	-	358	116	230	5.301	(5.302)	10.442	10.131
Serviço público	6.672	-	85	69	64	609	(609)	6.890	10.086
Fornecimento não faturado	132.082	-	-	-	-	-	(884)	131.198	105.122
Arrecadação Processo Classificação	(515)	-	-	-	-	-	-	(515)	(272)
Valores renegociados:									
Residencial	5.030	28.977	3.144	1.439	1.465	15.023	(26.052)	29.026	29.005
Industrial	492	3.758	631	79	230	6.776	(7.787)	4.179	2.593
Comercial	1.505	12.829	1.056	592	938	8.912	(15.171)	10.661	7.990
Rural	1.012	6.385	545	277	386	1.890	(4.223)	6.272	6.737
Poder público	856	18.401	489	-	3	380	(385)	19.744	19.689
Iluminação pública	1.164	6.448	215	-	2	16	(18)	7.827	13.141
Serviço público	73	429	-	-	-	113	(113)	502	579
(-) Ajuste a valor presente ⁽²⁾	(198)	(14.595)	-	-	-	-	-	(14.793)	(16.430)
Subtotal - clientes	292.135	62.632	79.952	11.271	7.048	53.025	(84.853)	421.210	363.313
Suprimento de Energia a concessionária - Moeda Nacional ⁽³⁾	83	-	-	-	-	-	-	83	376
Outros ⁽⁴⁾	5.827	-	-	-	-	44.342	(392)	49.777	37.773
Total	298.045	62.632	79.952	11.271	7.048	97.367	(85.245)	471.070	401.462
Circulante								389.394	333.192
Não Circulante								81.676	68.270

- (1) **Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD):** constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração.

Seguem as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa.

	2023	2022
Saldos em 2022 e 2021	79.418	72.908
Saldo empresa incorporada	7.107	-
Provisões, deduzidas de reversões, constituídas no exercício	18.700	35.969
Baixas de contas de energia elétrica - incobráveis	(19.955)	(29.459)
Saldos em 2023 e 2022	85.270	79.418
Alocação:		
Consumidores e concessionárias	85.245	79.410
Outros créditos - nota explicativa nº10	25	8
	85.270	79.418

- (1) **Ajuste a valor presente:** - calculado para todos os contratos renegociados de dívida. Para o desconto a valor presente foi utilizado taxa de mercado.

- (2) **Suprimento de energia a concessionária:** inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Composição do saldo da CCEE	2023	2022
Créditos a vencer	83	376
Subtotal créditos CCEE	83	376
(-) Aquisições de energia na CCEE (*)	(14.204)	(10.655)
(-) Encargos de serviços do sistema (*)	(9.263)	(319)
Total débitos CCEE	(23.384)	(10.598)

(*) nota explicativa nº 17

- (3) **Outros:** inclui serviços taxados, ICMS originado da geração distribuída e outros valores a receber e/ou a pagar aos consumidores. A Companhia possui R\$25.841 (R\$20.583 em 2022) referente ao ICMS incidente sobre a TUSD que se encontra suspenso por liminares. Em contrapartida tem contabilizado em tributos e contribuições sociais no passivo não circulante.

7. Tributos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	2023	2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	54.430	46.717
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	77.450	43.865
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	12.857	4.085
Contribuição do PIS e COFINS	12.602	9.383
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo PIS e COFINS (1)	286.795	337.151
Outros	229	194
Total	444.364	441.395
Circulante	256.298	197.805
Não circulante	188.066	243.590

- (1) Valores correspondem a exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e Cofins em que o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, como também consolidou o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nos documentos fiscais. A Companhia contabilizou os valores oriundos de ação judicial transitada em julgado, em 27 de maio de 2019. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que resultou em R\$29.286 (R\$31.997 de 2022), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia ingressou com pedido de habilitação em 26 de fevereiro de 2021. Em 12 de maio de 2021, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins, que serão recuperados através de compensação dos saldos a receber com os valores dos débitos a recolher, iniciadas no mês de maio de 2021 o que ocorrerá dentro do prazo prescricional de 5 anos. As compensações realizadas no exercício foram de R\$140.254 (R\$108.675 em 2022). Incluído o valor de R\$60.612 da EBO, incorporada em 30 de abril de 2023.

8. Reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios

Conforme Contrato de Concessão, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital).

Como mecanismos de atualização da tarifa a ser aplicada aos consumidores tem-se o Reajuste Tarifário Anual (RTA) e a Revisão Tarifária Periódica (RTP), ambos previstos no contrato de concessão.

As concessionárias de distribuição de energia elétrica também podem solicitar uma Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

8.1. Reajuste Tarifário Anual

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Em 22 de agosto de 2023, através da Resolução Homologatória nº 3.250, e Nota Técnica nº 82/2023-SGT/ANEEL, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, e entrou em vigor a partir de 28 de agosto de 2023. O impacto tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da EPB na Paraíba foi uma redução de -1,46%; já em Borborema o impacto tarifário médio a ser percebido pelos consumidores foi um aumento de 12,83%.

8.2. Revisão Tarifária Periódica

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos e, neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão.

Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão.

A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

8.3. Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela;
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2; e
- Bandeira Escassez Hídrica.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo:

Bandeira	Anterior R\$/Kwh ⁽¹⁾	Atual R\$/Kwh REH 2.888/2021 ⁽²⁾	Atual R\$/Kwh Resolução nº 3/2021 ⁽³⁾
Verde	-	-	-
Amarela	1,34	1,87	-
Vermelha 1	4,17	3,97	-
Vermelha 2	6,24	9,49	-
Escassez Hídrica	-	-	14,20

⁽¹⁾ A ANEEL aprovou, em 29 de junho de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.888, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021, até 30 de junho de 2022.

⁽²⁾ A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, em 31 de agosto de 2021, por meio da Resolução nº 3, implementou da Bandeira de Escassez Hídrica com novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de abril de 2022;

⁽³⁾ A ANEEL aprovou, em 21 de junho de 2022, por meio da Resolução Homologatória nº 3.051, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2022.

Em 2023 e 2022 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	2023	2022
Janeiro	Verde	Escassez Hídrica
Fevereiro	Verde	Escassez Hídrica
Março	Verde	Escassez Hídrica
Abril ⁽¹⁾	Verde	Escassez Hídrica/Verde
Maió	Verde	Verde
Junho	Verde	Verde
Julho	Verde	Verde
Agosto	Verde	Verde
Setembro	Verde	Verde
Outubro	Verde	Verde
Novembro	Verde	Verde
Dezembro	Verde	Verde

⁽¹⁾ Vide tópico Bandeiras Escassez Hídrica

8.4. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação

O Brasil vivencia uma situação de sobrecontratação de energia generalizada desde o ano de 2016, que tem afetado grande parte das empresas distribuidoras de energia elétrica do país. Por um lado, além das incertezas no crescimento da demanda por razões econômicas, o mercado regulado passou a ser extremamente afetado pelo aumento no volume das migrações dos consumidores cativos para o mercado livre e pelo crescimento da geração distribuída. De outro lado, dado o modelo centralizado de contratação, a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo com pouca flexibilidade.

Diante desse cenário, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação vem sendo discutida entre a ANEEL e as Distribuidoras, sendo os montantes involuntários estabelecidos como segue:

- 2016 e 2017: Despacho nº 2.168/2022;
- 2018: Despacho nº 4.395/2023.

Os resultados relativos à 2016-2018 estão sendo reconhecidos nos últimos eventos tarifários, enquanto os demais exercícios (2019-2023) estão contabilizados considerando as melhores estimativas, dada a metodologia vigente, proporcionalizando um saldo ativo de R\$30.920 (R\$28.016 em 2022).

Os valores reconhecidos no exercício, contabilizados na receita operacional bruta - Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização, foi de R\$2 (R\$830 em 2022) e R\$2.906 (R\$892 em 2022) de atualização financeira devedora, registrado no resultado financeiro.

Geração Distribuída

Diante de posicionamentos recentes do regulador, por meio de notas técnicas, referente a neutralidade dos efeitos dos sistemas de geração distribuída (GD) no mecanismo tarifário das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a Administração do Grupo Energisa conclui que ainda há incertezas relevantes quanto ao reconhecimento e mensuração dos créditos de energia injetada pelos consumidores nas redes de distribuição do Grupo, originados pelos sistemas de geração distribuída, frente ao tratamento regulatório aplicável para mensuração da reversão destes créditos à modicidade tarifária após o período de 60 meses sem compensação. Neste contexto, a Administração concluiu que nenhuma obrigação deve ser reconhecida nesse momento, até que tais incertezas sejam esclarecidas.

9. Ativos e passivos financeiros setoriais

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do exercício tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do exercício de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros exercícios tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativo e passivo financeiro setorial, conforme demonstrado a seguir:

	2023			2022		
	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Total	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Total
Passivo Financeiros Setoriais						
Circulante	215.296	37.222	252.518	121.044	45.739	166.783
Não Circulante	-	70.953	70.953	-	23.363	23.363
	215.296	108.175	323.471	121.044	69.102	190.146
Saldo líquido dos ativos e passivos	(215.296)	(108.175)	(323.471)	(121.044)	(69.102)	(190.146)

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 2022	Receita Operacional		Remuneração	Crédito Pis/Cofins	Recebimentos/pagamentos		Saldo de Incorporação EBO	Saldos em 2023
		Adição	Amortização			Bandeiras tarifárias ⁽¹⁾	Outros ⁽³⁾		
Itens da Parcela A									
Energia elétrica comprada para revenda	(74.398)	(40.362)	55.753	(8.794)	-	(5.477)	-	(9.054)	(82.332)
Transporte de energia elétrica - Rede básica	20.877	22.483	(15.964)	3.014	-	-	-	4.414	34.824
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	9.244	(6.067)	(6.932)	(331)	-	-	-	(319)	(4.405)
Encargo de serviços de sistema ESS	49.115	22.507	(64.369)	1.580	-	(6.915)	-	(5.947)	(4.029)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	25.567	9.173	(26.679)	1.092	-	-	-	2.708	11.861
Transporte de energia elétrica - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽¹⁾	(312)	312	-	-	-	-	-	-	-
Componentes financeiros									
Neutralidade da Parcela A	(792)	(5.860)	3.825	(282)	-	-	-	247	(2.862)
Sobrecontratação de energia	(32.038)	(51.925)	64.467	(7.094)	-	(1.179)	-	12.128	(15.641)
Devoluções Tarifárias ⁽²⁾	(19.135)	(11.574)	-	(3.605)	-	-	-	(3.727)	(38.041)

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 2022	Receita Operacional		Remuneração	Crédito Pis/Cofins	Recebimentos/pagamentos		Saldo de Incorporação EBO	Saldos em 2023
		Adição	Amortização			Bandeiras tarifárias ⁽¹⁾	Outros ⁽³⁾		
CUSD	(388)	454	42	13	-	-	-	518	639
Exposição de submercados	(8)	(198)	5	(22)	-	-	-	(24)	(247)
Garantias financeiras	696	1.101	(920)	93	-	-	-	841	1.811
Saldo a compensar	6.013	611	(6.468)	(241)	-	-	-	2.292	2.207
Outros itens financeiros ⁽³⁾	(174.587)	(88.213)	242.787	1.984	(190.834)	-	(8.607)	(9.786)	(227.256)
Saldo líquido dos ativos e passivos	(190.146)	(147.558)	245.547	(12.593)	(190.834)	(13.571)	(8.607)	(5.709)	(323.471)

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 2021	Receita Operacional		Remuneração	Crédito Pis/Cofins	Recebimentos/pagamentos		Saldos em 2022
		Adição	Amortização			Bandeiras tarifárias ⁽¹⁾	Outros ⁽³⁾	
Itens da Parcela A								
Energia elétrica comprada para revenda	(33.617)	(89.329)	42.621	7.261	-	(1.334)	-	(74.398)
Transporte de energia elétrica - Rede básica	11.581	21.464	(12.875)	707	-	-	-	20.877
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	2.710	13.438	(7.559)	655	-	-	-	9.244
Encargo de serviços de sistema ESS	170.822	(148.502)	(59.273)	8.645	-	77.423	-	49.115
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	13.103	35.247	(24.422)	1.639	-	-	-	25.567
Transporte de energia elétrica - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽¹⁾	-	(312)	-	-	-	-	-	(312)
Componentes financeiros								
Neutralidade da Parcela A	(4.397)	4	3.718	(117)	-	-	-	(792)
Sobrecontratação de energia	(59.252)	4.946	27.978	(4.761)	-	(949)	-	(32.038)
Devoluções Tarifárias ⁽²⁾	(7.211)	(10.278)	0	(1.646)	-	-	-	(19.135)
CUSD	146	(473)	(29)	(32)	-	-	-	(388)
Exposição de submercados	14.706	(178)	(14.541)	5	-	-	-	(8)
Garantias financeiras	560	629	(531)	38	-	-	-	696
Saldo a compensar	(2.110)	10.142	(2.056)	37	-	-	-	6.013
Outros itens financeiros ⁽³⁾	(18.701)	10.537	119.774	(9.638)	(183.836)	-	(92.723)	(174.587)
Saldo líquido dos ativos e passivos	88.340	(152.665)	72.805	2.793	(183.836)	75.140	(92.723)	(190.146)

⁽¹⁾ **Bandeiras Tarifárias - CCRBT** - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL.

Os valores repassados pela Companhia referentes às Bandeiras Tarifárias em 2023, Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, tem o montante de R\$13.571 (R\$75.140 em 2022);

⁽²⁾ **Devoluções tarifárias:** referem-se as receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), iniciado a partir de novembro/2017, são apropriados em passivos setoriais, atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária (5CRTP);

⁽³⁾ **Outros financeiros** - considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, os principais itens que compõe o saldo são como segue.

Empréstimo Conta Escassez Hídrica - REN n° 1.008/2022 - a ANEEL Resolução Normativa n° 1.008 de 15 de março de 2022, estabeleceu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei n° 10.438, de 26 de abril de 2002, e regular a utilização do encargo tarifário da CDE, para fins de pagamentos e recebimentos de valores.

Os recursos foram utilizados para cobertura dos custos, total ou parcialmente, por repasses da Conta Escassez Hídrica, dos seguintes itens: (i) custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução n° 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG; (ii) custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021; e (iii) diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei n° 10.438, de 26 de abril de 2002.

A Conta Escassez Hídrica será vinculada a CDE, sob gestão da CCEE conforme despacho 510/2023 - Aneel, os valores são recolhidos a partir dos processos tarifários de 2023, em quotas mensais.

A Companhia, protocolizou em 28 de março de 2022, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA-ESCASSEZ HIDRICA no valor máximo de R\$28.882, dos quais R\$9.199 correspondem custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021 e R\$19.683 de ressarcimento dos custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG. O valor foi recebido em 09 de maio de 2022.

Empresa	Custo de importação de energia	Programa de redução voluntária de consumo	Total
EPB	9.199	19.683	28.882
Total	9.199	19.683	28.882

Crédito do PIS e COFINS - conforme Lei nº 14.385/2022 que disciplinou a devolução dos valores relacionados à retirada do ICMS da base do PIS/COFINS, a Aneel reconheceu nos processos tarifários os valores a serem revertidos aos consumidores, e estão sendo reconhecidos mensalmente 1/12 no resultado do exercício dentro do ciclo tarifário do valor homologado. Abaixo os valores:

Valores reconhecidos nos processos tarifários	2023		2022	
	Empresa	RTA	RTA	RTE
EBO		16.761	9.427	17.735
EPB		135.397	222.513	-
Total		152.158	231.940	17.735

Valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - refere-se a valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, nas contas correntes vinculadas ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. O montante recebido em 2023 foi de R\$8.607 (R\$ 63.841 em 2022).

10. Outros créditos

	2023	2022
Subvenção Baixa Renda ⁽¹⁾	28.517	23.285
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	28.036	27.021
Outras ordens em curso	1.546	182
Subvenção CDE - Desconto Tarifário ⁽²⁾	17.071	10.917
Bônus - Reembolso do Fundo CDE ⁽³⁾	236	213
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos ⁽⁴⁾	11.895	20.101
Depósito para reinvestimento - Incentivos Fiscais ⁽⁵⁾	19.757	9.543
Adiantamentos a empregados	58	2.348
Adiantamentos a fornecedores	573	304
Outros ⁽⁶⁾	18.977	26.118
Total	126.666	120.032
Circulante	124.251	117.617
Não circulante	2.415	2.415

^(*) Nota explicativa nº 8.4.

⁽¹⁾ **Subvenção Baixa Renda** - esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. O saldo refere-se às provisões de novembro e dezembro de 2023 cuja previsão de recebimento será no próximo trimestre e a Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021 - circulante	23.285	20.828
Saldos empresas incorporadas	2.851	-
Subvenção baixa renda	160.688	130.942
Ressarcimentos realizados pela CCEE	(158.307)	(128.485)
Saldo em 2023 e 2022 - circulante	28.517	23.285

- (2) **Subvenção CDE - Desconto Tarifário:** refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizadas pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do exercício - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada exercício. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do exercício seguinte.

	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021 - circulante	10.917	21.345
Saldos empresas incorporadas	751	-
Subsídios ⁽³⁾	98.201	83.411
Repasado pela CCEE	(92.798)	(93.839)
Saldo em 2023 e 2022 - circulante	17.071	10.917

- (3) A partir dos processos tarifários de 2023 passou a compor o valor do repasse de subvenção da CDE o subsídio tarifário relacionado ao desconto aplicado no faturamento da energia compensada associado ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE, conforme disposto no art. 27 da Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, respeitando a regra de transição aplicável ao faturamento de cada unidade consumidora participante do SCEE.
- (4) **Créditos com Terceiros - alienação de bens e direitos -** refere-se a uso mútuo de poste e venda de sucatas.
- (5) **Depósito para reinvestimento - Incentivos Fiscais:** Refere-se ao benefício de reinvestimento de 30% do Imposto de Renda, que a Companhia dispõe para reinvestir em seus próprios empreendimentos em operação na área de atuação da SUDENE, instalada nos setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional;
- (6) **Outros -** inclui R\$25 (R\$8 em 2022) de provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa, R\$6.551 (R\$14.026 em 2022) referente a compartilhamento de infraestrutura, conforme contrato aprovado pela ANEEL, R\$6.199 de recolhimento de impostos retroativos para perdas não técnicas, R\$1.064 (R\$1.064 em 2022) ressarcimento a geradores e R\$1.288 (R\$1.288 em 2022) de energia livre - geradores.

11. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário de outras Companhias:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas das Energisa S/A		
Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A	EMR	Distribuição de energia
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	ESE	Distribuição de energia
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	ERO	Distribuição de energia
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	EAC	Distribuição de energia
Energisa Soluções S/A	ESOL	Serviço
Voltz Capital S/A	VOLTZ	Serviço
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	ECOM	Comercialização de energia
Energisa Geração Central Solar Rio Peixe I S/A	EGCS-RP1	Parque Solar
Energisa Geração Central Solar Rio Peixe II S/A	EGCS-RP2	Parque Solar
Energisa Transmissão de Energia S/A	ETE	Holding
Voltz Capital S/A	VOLTZ	Serviços
Alsol Energias Renováveis S/A	ALSOL	Holding e Geração Distribuída
Energisa Biogás S/A	EBG	Holding
Energisa Distribuição de Gás S/A	EDG	Holding
Energisa Participações Nordeste S/A	EPN	Holding

A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Denerge Desenvolvimento Energético S/A (controladora a Rede Energia Participações S/A), Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Energisa Soluções S/A (ESOL), Gemini Energy S/A, Alsol Energias Renováveis S/A, Energisa Biogás S/A (EBG), Energisa Distribuição de Gás S/A (EDG) e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação nas seguintes Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A		
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	EPA I	Transmissão de energia
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	EGO I	Transmissão de energia
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	EPA II	Transmissão de energia
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	ETT	Transmissão de energia
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A	EAM	Transmissão de energia
Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A	ETT II	Transmissão de energia
Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A	EPTE	Transmissão de energia
Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A	EAP	Transmissão de energia
Gemini Energy S/A	GEMINI	Holding
Nova Gemini Transmissão de Energia S/A	NOVA GEMINI	Holding
Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A	EAM II	Transmissão de energia
Energisa Transmissão de Energia IV S/A	ETE IV	Transmissão de energia
Energisa Transmissão de Energia V S/A	ETE VI	Transmissão de energia
Energisa Transmissão de Energia VII S/A	ETE VII	Transmissão de energia
Energisa Transmissão de Energia VIII S/A	ETE VIII	Transmissão de energia
Energisa Transmissão de Energia IX S/A	ETE IX	Transmissão de energia
Controladas diretas da Rede Energisa Participações S/A		
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	EMT	Distribuição de energia
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	EMS	Distribuição de energia
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	ETO	Distribuição de energia
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	ESS	Distribuição de energia
Multi Energisa Serviços S/A	MULTI ENERGISA	Serviços
Rede Power do Brasil S/A	REDE POWER	Holding
QMRA Participações	QMRA	Holding
Companhia Técnica e Comercialização de Energia	CTCE	Comercialização de energia
Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A		
Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda	LARALSOL	Geração de energia distribuída
URB Energia Limpa Ltda	URB	Geração de energia distribuída
Reenergisa Geração Fotovoltáica I S/A	REENERGISA I	Geração de energia distribuída
Reenergisa Geração Fotovoltáica II S/A	REENERGISA II	Geração de energia distribuída
Reenergisa Geração Fotovoltáica III S/A	REENERGISA III	Geração de energia distribuída
Reenergisa Geração Fotovoltáica IV S/A	REENERGISA IV	Geração de energia distribuída
Reenergisa Geração Fotovoltáica VI S/A	REENERGISA VI	Geração de energia distribuída
Renesolar Engenharia Elétrica Ltda	RENESOLAR	Geração de energia distribuída
Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda	FLWSOLAR	Geração de energia distribuída
Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda	CARBONSOLAR	Geração de energia distribuída
Controladas diretas da Gemini Energy S/A		
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A	LMTE	Transmissão de energia
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A	LXTE	Transmissão de energia
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A	LTTE	Transmissão de energia
Linhas de Itacaiunas Transmissora de Energia S/A	LITE	Transmissão de energia
Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda	POMTE	Serviços
Controladas diretas da Energisa Soluções S/A		
Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A	ESOLC	Serviços
Controlada direta da Energisa Biogás S/A		
Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais S/A	AGRIC	Usina de compostagem
Controlada direta da Energisa Distribuição de Gás S/A		
Companhia de Gás do Espírito Santo - ES GÁS	ES GÁS	Distribuição de gás natural

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados (Despesas)	Compartilhamento ⁽¹⁾	Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição (Receita/Despesa)	Comissão aval e debêntures - outras despesas financeiras ⁽⁶⁾	Saldo a pagar/receber	Saldo a pagar e debêntures - outras contas a pagar ⁽⁶⁾	Saldo a (pagar) - Disponibilização de sistema de transmissão
ESA ⁽²⁾	(49.304)	(3.246)	-	(34.172)	(9.704)	(344.629)	-
MULTI ⁽³⁾	(5.894)	-	-	-	(869)	-	-
ESE	-	2.855	-	-	410	-	-
ECOM	-	(97)	-	-	(12)	-	-
ETO	-	10.657	-	-	1.100	-	-
EMT	-	23.950	-	-	2.471	-	-
EMS	-	8.278	-	-	864	-	-
ESS	-	3.926	-	-	404	-	-
EAC	-	2.359	-	-	240	-	-
ERO	-	5.943	-	-	592	-	-
EMR	-	166	-	-	(1)	-	-
ESOL ⁽⁴⁾	(3.222)	-	-	-	(583)	-	-
EGO I ⁽⁵⁾	-	100	(266)	-	15	-	-
EPA I ⁽⁵⁾	-	127	(248)	-	18	-	-
EPA II ⁽⁵⁾	-	64	(194)	-	9	-	-
ETT ⁽⁵⁾	-	18	(379)	-	3	-	-
EAM ⁽⁵⁾	-	3	(42)	-	-	-	-
EPT ⁽⁵⁾	-	-	(15)	-	-	-	-
LMTE ⁽⁵⁾	-	-	(759)	-	-	-	(22)
LXTE ⁽⁵⁾	-	-	(879)	-	-	-	(25)
LTTE ⁽⁵⁾	-	-	(298)	-	-	-	(8)
RGCS-RP1 ⁽⁷⁾	-	-	2.017	-	-	-	-
RGCS-RP2 ⁽⁷⁾	-	-	2.010	-	-	-	-
2023	(58.420)	55.103	947	(34.172)	(5.043)	(344.629)	(55)
2022	(54.954)	58.567	9.399	(37.552)	2.026	(171.431)	(67)

⁽¹⁾ **Contrato de Compartilhamento** - em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022.

⁽²⁾ **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual.

Serviços de informática e licenciamento de softwares - contrato de prestação de serviços de informática e licenciamento de softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$82.982, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) serviços de infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e contingência; (ii) serviços de segurança cibernética e compliance; (iii) licenciamento e manutenção de sistemas comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) serviço de implantação de sistemas e prestação de serviços de suporte em sistemas comerciais e sistemas de BI (Business Intelligence); (v) licenciamento e manutenção sistemas ERP; (vi) serviço de implantação de sistemas e (vii) prestação de serviços de suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022.

⁽³⁾ Refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL, com vencimento em fevereiro/2024. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários.

⁽⁴⁾ Refere-se a transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários com vencimentos até 2026.

(5) Refere-se ao custo de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto em contrato o com vencimento em 2025.

(6) A Companhia efetuou a 2ª, 3ª, 9ª, 10ª e 12ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 19. Inclui a 5ª emissão da EBO, incorporada em 30 de abril de 2023. Em 31 de dezembro de 2023 o valor atualizado é de R\$343.924 (R\$R\$170.813 em 2022).

Custo do contrato de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora para contratos da Companhia de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2023 monta em R\$705 (R\$618 em 2022).

(7) Refere-se a contratos de CUSD - Contratos de Uso do Sistema de Distribuição.

Remuneração dos administradores

	2023	2022
Remuneração Anual ⁽¹⁾	5.989	6.594
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	610	465
Remuneração da Diretoria	2.409	1.864
Outros Benefícios ⁽²⁾	2.644	2.276

⁽¹⁾ Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2023 foi aprovado na AGO/E de 27 de abril de 2023.

⁽²⁾ Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro de 2023, foram de R\$75 e R\$5 (51 e R\$3 em 2022), respectivamente. A remuneração média em 2023 foi de R\$28 (R\$19 em 2022).

Programa de remuneração variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP) (ILP)

Este plano, oferecido aos executivos, tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de quatro programas de concessão de ações (units) em andamento: (i) 4º Programa, de Performance Shares, que teve a realização da outorga em maio de 2021 e o encerramento do vesting previsto para maio de 2024; (ii) 5º Programa, de Performance Shares, que teve a realização da outorga em maio de 2022 e o encerramento do vesting previsto para maio de 2025 (iii) e o 6º Programa, que se divide em dois, sendo o primeiro de Restricted Shares (Matching), iniciado em dezembro de 2023 e o segundo Performance Shares, este último iniciado em outubro de 2023, ambos com encerramento do vesting previsto para maio de 2026.

O 4º e 5º Programas são associados as condições de performance Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Fluxo de Caixa Livre, que compõem o Fator de Desempenho e que ao final do período de vesting, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º Programa de Performance Shares é associado as condições de performance Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Valorização do Preço da Ação (ENGI11), que ao final do período de vesting, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º Programa de Restricted Shares (Matching) é associado ao cumprimento da aquisição de uma quantidade de units ENGI11 e, após o período de vesting, caso não tenha acontecido nenhuma movimentação nas units por parte do participante, ele receberá a transferência do mesmo número de units compradas (1:1), ou seja, para 1 (uma) unit adquirida, o beneficiário receberá também 1 (uma) unit.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	2º programa ILP ⁽¹⁾	3º programa ILP ⁽¹⁾	4º programa ILP	5º programa ILP	6º programa (Restricted Shares)	6º programa (Performance Shares)
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Valor médio da ação do fechamento dos últimos 60 dias a partir de 27/09/2023	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	24.889	27.608	31.267	52.043	22.622	22.622
Opções de ações prescritas	3.930	3.454	4.654	8.361	-	-
Data aprovação do Conselho de Administração	09 de maio de 2019	10 de fevereiro de 2021	13 de maio de 2021	12 de maio de 2022	27 de setembro de 2023	27 de setembro de 2023
Data início vesting	10 de maio de 2019	21 de dezembro de 2020	14 de maio de 2021	13 de maio de 2022	11 de dezembro de 2023	30 de outubro de 2023
Prazo de carência	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	2 anos e 5 meses
Taxa de juros livre de risco	7,7%	5,260%	7,880%	12,550%	N/A	N/A
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	DIF2022	DIF2023	DIJ2024	DIJ2025	N/A	-
Volatilidade ⁽²⁾	25,06%	50,51%	35,09%	34,88%	N/A	N/A
Valor justo na data da outorga	R\$ 54,97	R\$ 43,69	R\$ 37,19	R\$ 37,90	R\$ 48,40	R\$ 48,40
Movimentação	Liquidado	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação

⁽¹⁾ Em 01 de junho de 2023, foi assinado o termo de quitação e ciência do 3º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, onde não houve a transferência de propriedade de Units previstos no programa, em decorrência do não atingimento de todos os índices requeridos e em 12 de maio de 2022, o Conselho de Administração da controladora Energisa S/A, aprovou a liquidação do 2º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo cujo montante foi de R\$835 representativo de 18.993 Units, já líquido de imposto de renda retido na fonte de responsabilidade do beneficiário.

⁽²⁾ Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o *Total Shareholder Return TSR*) foram calculadas com base nos valores históricos de 01 (um) ano anterior à data de outorga do programa.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pro rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

No exercício de 2023, foram reconhecidos R\$1.099 (R\$770 em 2022) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício, na rubrica despesas gerais e administrativas - Programa de remuneração variável (ILP). O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumula em 31 de dezembro de 2023 em R\$4.299 (R\$3.200 em 2022).

12. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do

IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2023	2022
Ativo - Diferenças temporárias		
Imposto de renda	89.123	85.592
Contribuição social sobre o lucro	32.084	30.813
Total - não circulante	121.207	116.405
Passivo - Diferenças Temporárias		
Imposto de renda	(116.184)	(86.418)
Contribuição social	(41.826)	(31.110)
Total - não circulantes	(158.010)	(117.528)
Total líquido - passivo não circulante	(36.803)	(1.123)

A natureza dos créditos são como segue:

	2023		2022	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Créditos fiscais - ágio (1)	99.209	33.731	88.508	30.093
Provisão ajuste atuarial	94.870	32.256	98.595	33.522
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - PPECLD	85.270	28.992	79.418	27.002
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais.	16.774	5.703	23.742	8.072
Ajuste a valor presente	14.793	5.030	16.430	5.586
Marcação a mercado da dívida	11.324	3.850	(9.953)	(3.384)
Outras provisões (honorários e outras)	29.424	10.004	35.677	12.130
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações	(361.921)	(123.053)	(292.180)	(99.341)
Marcação a mercado - derivativo	(68.770)	(23.382)	(38.543)	(13.105)
Outras exclusões temporárias	(29.218)	(9.934)	(4.997)	(1.698)
Total - passivo não circulante	(108.245)	(36.803)	(3.303)	(1.123)

(1) Benefício fiscal do ágio está sendo amortizado pelo exercício remanescente de exploração da concessão, pelo método linear, vide nota explicativa 24.2.

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Realização dos créditos fiscais
2024	11.633
2025	13.588
2026	15.436
2027	15.185
2028	15.235
2029 e 2030	32.711
2031	17.419
Total	121.207

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

Alíquota efetiva	2023	2022
Resultados antes dos tributos sobre o lucro	503.995	413.463
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, calculados às alíquotas fiscais combinadas	(171.358)	(140.577)
Ajustes:		
Incentivos Fiscais - Redução 75% IRPJ e adicionais (SUDENE) ⁽¹⁾	68.313	67.642
Incentivos Fiscais - Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica ⁽²⁾	4.978	7.669
Incentivos Fiscais - Depósito para Reinvestimento (SUDENE)	1.591	4.011
Efeito do Imposto de Renda e Contribuição Social Resultante do JCP	26.457	-
Outros incentivos fiscais e despesas indedutíveis (doações, brindes, multas, etc.) ⁽³⁾	3.814	2.749
Imposto de renda e contribuição social	(66.205)	(58.506)
Alíquota efetiva	13,14%	14,15%

- (1) Em maio de 2020, a SUDENE aprovou o enquadramento do benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ e adicionais da Companhia, para o exercício de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2029, através do Laudo Constitutivo nº 0020/2020 - Ofício 1150/2020 (SUDENE), emitido em 25 de maio de 2020.

Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDENE apurados em 2022 e 2021, foram registrados diretamente na demonstração de resultado na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

Ademais, em virtude da incorporação da Energisa Borborema pela sociedade Energisa Paraíba, ocorrida em 30/04/2023, A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, através da Diretoria de Gestão de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, em sessão realizada em 21/12/2023, aprovou o Laudo Constitutivo nº 0413/2023, em favor da Energisa Paraíba Distribuidora de Energia S.A, referente ao enquadramento do benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração, em função da transferência do benefício fiscal anteriormente concedido à empresa ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

O prazo de fruição ao direito do benefício fiscal objeto do laudo nº 0413/2023, corresponderá ao período residual do benefício anteriormente reconhecido através do Laudo Constitutivo nº 0122/2019, em favor da sociedade incorporada Energia Borborema, emitido em 27/11/2019.

Ato contínuo, a empresa protocolou em 29/12/2023, junto à Receita Federal do Brasil, através do processo nº 10132.726260/2023-61, requerimento acompanhado do referido Laudo Constitutivo, atendendo assim ao estabelecido no art. 3º do decreto 4.213/2002. O processo aberto junto à Receita Federal do Brasil aguarda revisão pelo órgão.

- (2) Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº11.196/2005.
- (3) Inclui outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

Declaração do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da cobrança do IRPJ e da CSLL sobre a Taxa SELIC incidente em valores recebidos em razão de repetição de indébito tributário

A Companhia em agosto de 2021 impetrou Mandado de Segurança com o objetivo de reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos.

Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF") julgou o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito, ou seja, um dos temas pleiteados no Mandado de Segurança em referência. Neste julgamento foi acolhida, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relacionados à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de setembro de 2021 foi divulgada a Ata de Julgamento, enquanto o acórdão foi divulgado em 15 de dezembro de 2021.

A Companhia avaliou junto com seus assessores jurídicos e tributários e concluiu sobre a imaterialidade dos valores líquidos a serem reconhecidos, visto a existência de atualizações monetárias ativas e passivas sobre o mesmo mérito. A administração continuará a monitorar o tema e a evolução da jurisprudência sobre o tratamento fiscal

da correção sobre as atualizações monetárias dos valores a restituir do passivo, que em 2022 compensam a possível base para restituição de IRPJ e CSLL sobre as atualizações monetárias ativas.

13. Ativo financeiro indenizável da concessão

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela Companhia e Aneel.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão, foi registrada em receitas operacionais no resultado do exercício como Receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$55.849 (R\$56.531 em 2022).

Segue as movimentações ocorridas no exercício:

	2023	2022
Ativo financeiro valor justo - em 2022 e 2021	1.141.491	935.527
Saldo incorporada ⁽¹⁾	130.964	-
Adições no exercício ⁽²⁾	181.003	151.065
Baixas no exercício	(3.477)	(1.632)
Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão ⁽³⁾	55.849	56.531
Ativo financeiro valor justo - em 2023 e 2022	1.505.830	1.141.491

⁽¹⁾ Em 30 de abril de 2023 a Companhia incorporou a EBO;

⁽²⁾ Refere-se a transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção;

⁽³⁾ Os ativos financeiros estão demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

14. Ativo contratual - infraestrutura em construção

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos são incorporados ao custo da construção da infraestrutura, e são apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20 - Custos de Empréstimos.

	Saldos em 2022	Saldo de incorporação	Adição	Transferências		Saldos em 2023
				Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	
Ativo contratual - infraestrutura em construção						
Em construção	129.884	10.875	350.926	(143.855)	(188.094)	159.736
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão						
Em construção	22.485	2.106	20.072	(9.562)	(7.091)	28.010
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	107.399	8.769	330.854	(134.293)	(181.003)	131.726

	Saldos em 2021	Adição	Transferências		Saldos em 2022
			Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	74.821	304.578	(88.539)	(160.976)	129.884
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	20.584	16.777	(4.965)	(9.911)	22.485
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	54.237	287.801	(83.574)	(151.065)	107.399

⁽¹⁾ O montante de R\$134.293 (R\$83.574 em 2022) foi transferido para o Intangível - contrato de concessão.

⁽²⁾ O montante de R\$181.003 (R\$151.065 em 2022) foi transferido para o Ativo financeiro indenizável da concessão.

15. Imobilizado

	Taxa Média de Depreciação (%)	Saldos em 2022	Saldo de incorporação	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldos em 2023
Imobilizado em serviço								
Custo								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	4.615	-	-	1.771	-	-	6.386
Máquinas e equipamentos	13,97%	32.300	3.618	-	6.598	(6)	-	42.510
Veículos	14,29%	204	115	-	1.610	-	-	1.929
Móveis e utensílios	6,25%	14.120	510	-	338	-	-	14.968
Total do imobilizado em serviço		51.239	4.243	-	10.317	(6)	-	65.793
Depreciação acumulada								
Edificações, obras civis e benfeitorias		(324)	-	-	-	-	(201)	(525)
Máquinas e equipamentos		(24.086)	(2.707)	-	-	-	(2.516)	(29.309)
Veículos		(68)	(77)	-	-	-	(186)	(331)
Móveis e utensílios		(11.458)	(393)	-	-	-	(385)	(12.236)
Total depreciação acumulada		(35.936)	(3.177)	-	-	-	(3.288)	(42.401)
Subtotal imobilizado		15.303	1.066	-	10.317	(6)	(3.288)	23.392
Imobilizado em curso		2.093	36	16.629	(10.317)	-	-	8.441
Total do imobilizado		17.396	1.102	16.629	-	(6)	(3.288)	31.833

	Taxa Média de Depreciação (%)	Saldos em 2021	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Depreciação	Saldos em 2022
Imobilizado em serviço						
Custo						
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	3.660	-	955	-	4.615
Máquinas e equipamentos	14,83%	28.959	-	3.341	-	32.300
Veículos	14,29%	64	-	140	-	204
Móveis e utensílios	6,24%	13.827	-	293	-	14.120
Total do imobilizado em serviço		46.510	-	4.729	-	51.239
Depreciação acumulada						
Edificações, obras civis e benfeitorias		(202)	-	-	(122)	(324)
Máquinas e equipamentos		(21.860)	-	(141)	(2.085)	(24.086)
Veículos		(64)	-	-	(4)	(68)
Móveis e utensílios		(11.211)	-	141	(388)	(11.458)
Total depreciação acumulada		(33.337)	-	-	(2.599)	(35.936)
Subtotal imobilizado		13.173	-	4.729	(2.599)	15.303
Imobilizado em curso		4.355	4.538	(6.800)	-	2.093
Total do imobilizado		17.528	4.538	(2.071)	(2.599)	17.396

⁽¹⁾ O montante de R\$2.071 refere-se às reclassificações para o intangível-software.

16. Intangível

	2023	2022
Intangível - contrato de concessão	755.693	667.232
Intangível - direito de uso	1.189	1.678
Intangível - software	47.908	34.217
Total	804.790	703.127

16.1. Intangível - contrato de concessão

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2022	Saldo de incorporação	Adições ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldos em 2023
Intangível em serviço							
Custo	4,09%	1.800.098	209.534	143.855	(15.572)	-	2.137.915
Amortização acumulada		(1.033.585)	(135.901)	-	13.160	121.421	(1.277.747)
Subtotal		766.513	73.633	143.855	(2.412)	(121.421)	860.168
Obrigações vinculadas à concessão							
Custo	3,83%	223.280	59.489	9.562	-	-	292.331
Amortização acumulada		(123.999)	(49.618)	-	-	(14.239)	(187.856)
Subtotal		99.281	9.871	9.562	-	(14.239)	104.475
Total do intangível - contrato de concessão		667.232	63.762	134.293	(2.412)	(107.182)	755.693

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2021	Adições ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldos em 2022
Intangível em serviço						
Custo	4,11%	1.722.530	88.539	(10.971)	-	1.800.098
Amortização acumulada		(942.459)	-	8.895	(100.021)	(1.033.585)
Subtotal		780.071	88.539	(2.076)	(100.021)	766.513
Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,84%	218.315	4.965	-	-	223.280
Amortização acumulada		(111.955)	-	-	(12.044)	(123.999)
Subtotal		106.360	4.965	-	(12.044)	99.281
Total do intangível - contrato de concessão		673.711	83.574	(2.076)	(87.977)	667.232

(1) O montante de R\$134.293 (R\$83.574 em 2022) foi transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção - contrato de concessão.

(2) As baixas no montante de R\$2.412 (R\$2.076 em 2022), referem-se às baixas realizadas no exercício, contabilizadas nas Ordens de desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

(3) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS/COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$2.225 (R\$1.710 em 2022).

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de geração e distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691 de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,09% (4,11% em 2022).

Obrigações vinculadas à concessão

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas como segue:

	2023	2022
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	173.155	100.004
Participação da União, Estado e Municípios ⁽²⁾	241.879	219.559
Reserva para reversão ⁽³⁾	4	-
Receitas de ultrapassagem de demanda e energia reativa excedente	24.981	20.628
(-) Amortização acumulada	(187.856)	(123.999)
Total	252.163	216.192
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	119.678	94.426
Ativo contratual - Infraestrutura em construção e intangível em curso	28.010	22.485
Intangível - contrato de concessão	104.475	99.281
Total	252.163	216.192

- (1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- (2) Inclui a participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao Programa Luz para Todos.
- (3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

16.2. Intangível - direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2022	Saldo de incorporação	Amortização	Saldos em 2023
Intangível - direito de uso					
Custo	7,98%	7.536	701	-	8.237
Amortização acumulada		(5.858)	(533)	(657)	(7.048)
Total do intangível - direito de uso		1.678	168	(657)	1.189

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2021	Amortização	Saldos em 2022
Intangível - direito de uso				
Custo	14,62%	7.536	-	7.536
Amortização acumulada		(4.756)	(1.102)	(5.858)
Total do intangível - ativo de uso		2.780	(1.102)	1.678

16.3. Intangível - software

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2022	Saldo de incorporação	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 2023
Intangível - software							
Custo	20,00%	82.312	12.572	-	38.386	-	133.270
Amortização acumulada		(67.661)	(10.661)	-	-	(8.238)	(86.560)
Em curso		19.566	2.296	17.722	(38.386)	-	1.198
Total do intangível - software		34.217	4.207	17.722	-	(8.238)	47.908

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2021	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Amortização	Saldos em 2022
Intangível - software						
Custo	20,00%	72.303	-	10.009	-	82.312
Amortização acumulada		(62.917)	-	-	(4.744)	(67.661)
Em curso		7.022	20.482	(7.938)	-	19.566
Total do intangível - software		16.408	20.482	2.071	(4.744)	34.217

⁽¹⁾ O montante de R\$2.071 refere-se às reclassificações para o Imobilizado.

17. Fornecedores

	2023	2022
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ⁽²⁾	14.204	10.655
Compra de energia elétrica ⁽¹⁾	153.933	98.348
Encargos do serviço do sistema ⁽³⁾	9.263	319
Encargos de conexão ⁽¹⁾	3.395	1.020
Uso do sistema de distribuição (CUSD) ⁽¹⁾	1.150	1.211
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS ⁽¹⁾	24.046	19.523
Materiais, serviços e outros ⁽⁴⁾	74.189	46.501
Total	280.180	177.577
Circulante	264.867	167.951
Não Circulante	15.313	9.626

⁽¹⁾ **Compra de energia elétrica, operador nacional do sistema elétrico e encargos do uso da energia elétrica** - referem-se à aquisição de energia elétrica de geradores, ao custo de transmissão e ao uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias

⁽²⁾ **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE** - A conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões da liquidação de energia MCP (Mercado de Curto Prazo), efeito das cotas (Garantia Física, Angra e Itaipu) e efeito dos contratos por disponibilidade. As principais variações foram motivadas pela realização da carga mensal da área de concessão e dos contratos da distribuidora. O PLD (Preço das Liquidações das Diferenças) precificas as liquidações de energia no MCP e valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário.

⁽³⁾ **Encargos do serviço do sistema** - Os valores referem-se aos despachos de térmicas fora da ordem de mérito de custo. Em 2022 as condições hidrológicas eram favoráveis, assim não houve necessidade de grandes despachos fora da ordem de mérito. Para 2023, houve necessidade de acionar térmicas para atender a carga do SIN em função das ondas de calores observadas nos meses de novembro e dezembro.

(4) **Materiais, serviços e outros** - refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 30 dias. Inclui estimativas de valores de honorários de êxitos de advogados por conta de processos judiciais.

18. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2022	Incorporação	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2023
Mensuradas ao custo amortizado									
Moeda Nacional									
Pós Fixado									
INPC	98.408	-	-	(7.221)	(4.901)	9.244	-	-	95.530
IPCA	165.000	-	-	(14.018)	(8.077)	15.672	-	-	158.577
CDI	137.889	20.850	50.000	(20.000)	(24.723)	23.462	-	-	187.478
(-) Custo com captação	(18)	(13)	-	-	-	90	(298)	-	(239)
Total do custo amortizado	401.279	20.837	50.000	(41.239)	(37.701)	48.468	(298)	-	441.346
Mensurados ao valor justo									
Moeda Estrangeira									
Dólar	-	59.975	163.125	-	(5.604)	(3.172)	-	-	214.324
Marcação a mercado	-	(2.122)	-	-	-	-	-	1.323	(799)
Total ao valor justo	-	57.853	163.125	-	(5.604)	(3.172)	-	1.323	213.525
Total	401.279	78.690	213.125	(41.239)	(43.305)	45.296	(298)	1.323	654.871
Circulante	159.109								260.104
Não circulante	242.170								394.767

	Saldos em 2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo amortizado Moeda Nacional						
Pós Fixado						
INPC	98.527	6.751	(12.884)	(4.936)	10.950	98.408
IPCA	165.153	-	(10.205)	(8.335)	18.387	165.000
CDI	135.416	-	-	(15.685)	18.158	137.889
(-) Custos com captação	(21)	-	-	-	3	(18)
Total ao custo amortizado	399.075	6.751	(23.089)	(28.956)	47.498	401.279
Circulante	19.213					159.109
Não circulante	379.862					242.170

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos (a.a)	Encargos Swap Ponta Passiva (a.a)	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) ⁽⁵⁾	(Taxa efetiva de SWAP) ⁽⁷⁾	Garantias ⁽¹⁾	Covenants ⁽²⁾
	2023	2022								
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Funasa Saldado	2.135	2.312	INPC + 5,28%	-	dez/29	Mensal a partir de jan/21	8,99%	-	A	NA
CCB Bradesco 24032020	137.402	137.889	CDI + 1,67%	-	mar/24	Final	14,90%	-	A	2
BTG PACTUAL - BNDES 3/20 - SUBCREDITO A	101.113	110.128	IPCA + 1,83% + 3,23%	-	abr/31	a partir de abr/22 a.m.	9,68%	-	A + R	2
BTG PACTUAL - BNDES 3/20 - SUBCREDITO B	57.464	54.872	IPCA + 1,83% + 3,23%	CDI + 0,25%	dez/34	a partir de fev/31 a.m.	9,68%	13,40%	A + R	2
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	23.013	23.770	INPC + 5,28%	-	jun/33	a partir de jan/21 a.m.	8,99%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Funasa BD I	68.883	70.662	INPC + 5,28%	-	nov/33	a partir de jan/21 a.m.	8,99%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Funasa BD I	1.499	1.537	INPC + 5,28%	-	nov/33	a partir de jan/21 a.m.	8,99%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Funasa BD I	-	127	INPC + 5,11%	-	mai/34	a partir de abr/22 a.m.	8,02%	-	A	NA
1ª EMISSÃO DE NOTA COMERCIAL SÉRIE UNICA	50.076	-	CDI + 1,80%	-	jun/25	Final	14,95%	-	A	2
(-) Custo com captação	(239)	(18)					-	-		
Total em Moeda Nacional	441.346	401.279								
BAML - LOAN 24032023 ⁽³⁾	45.876	-	USD 5,03%	CDI + 1,55%	mar/25	Final	-2,18%	14,70%	A	2
SCOTIABANK - LOAN 17062021 ^(3 e 6)	38.277	-	USD + 1,52%	CDI + 1,65%	jun/24	Final	-5,69%	14,80%	A	2
SCOTIABANK - LOAN 09032023 ^(3 e 6)	18.997	-	USD + 5,363 5%	CDI + 1,57%	mar/26	Final	-1,5%	14,72%	A	2
CITIBANK LOAN TRADE 63408 ⁽³⁾	61.272	-	SOFR + 0,84%	CDI + 1,55%	out/24	Final	-0,82%	14,70%	A	2
CITIBANK LOAN TRADE 64064 ⁽³⁾	49.902	-	SOFR + 0,86%	CDI + 1,70%	ago/25	Final	-0,80%	14,85%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(799)	-								
Total em Moeda Estrangeira	213.525	-								
Total	654.871	401.279								

(1) A = Aval Energisa S.A. e R = Recebíveis;

(2) Condições de *covenants* - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A, sendo os principais listados abaixo.

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado ⁽¹⁾	⁽²⁾ Menor ou igual a 4,25 até vencimento	Trimestral e Anual

⁽¹⁾EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratório

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (nota explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 2023, as exigências contratuais foram cumpridas;

- (3) Os contratos de financiamentos possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 31);
- (4) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option” (nota explicativa nº 31);
- (5) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício de 2023. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota Explicativa nº 31. A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.
- (6) Contratos de financiamento incorporados da Energisa Borborema Distribuidora de Energia S/A em 01/04/2023;
- (7) As taxas efetivas de swap na ponta passiva representam as variações ocorridas no exercício de 2023 demonstrados na nota explicativa nº 31.

A Companhia tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício:

Moeda/indicadores	2023	2022
US\$ x R\$	-7,21%	-6,50%
CDI	13,15%	12,39%
IPCA	4,62%	5,78%
INPC	3,71%	5,93%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programado:

	2023
2025	168.484
2026	43.111
2027	24.204
2028	24.204
Após 2028	134.764
Total	394.767

19. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2022	Incorporação	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2023
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixados									
CDI	338.878	-	-	(108.978)	(43.115)	36.656	-	-	223.441
IPCA	412.304	18.663	145.000	(59.138)	(22.411)	41.501	-	-	535.919
(-) Custo com captação	(5.661)	(349)	-	-	-	1.383	(4.416)	-	(9.043)
Marcação a mercado	(9.953)	-	-	-	-	-	-	22.076	12.123
Total do custo amortizado	735.568	18.314	145.000	(168.116)	(65.526)	79.540	(4.416)	22.076	762.440
Circulante	181.370								214.544
Não circulante	554.198								547.896

	Saldos em 2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixado								
CDI	382.229	-	(47.387)	(45.197)	49.233	-	-	338.878
IPCA	360.676	63.000	(35.358)	(20.199)	44.185	-	-	412.304
(-) Custos com captação	(4.939)	-	-	-	1.514	(2.236)	-	(5.661)
Marcação a mercado	177	-	-	-	-	-	(10.130)	(9.953)
Total ao custo amortizado	738.143	63.000	(82.745)	(65.396)	94.932	(2.236)	(10.130)	735.568
Circulante	92.885							181.370
Não circulante	645.258							554.198

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (a.a)	Encargos Swap Ponta Passiva (a.a)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	(Taxa efetiva de SWAP) ⁽⁴⁾	Garantias ⁽¹⁾	Covenants ⁽³⁾
	2023	2022										
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	19.576	18.717	15/06/2017	13618 / 13618	IPCA + 5.66%	102,6 5% CDI	jun/24	Final	10,28 %	13,50%	SG	NA
Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	3.030	2.898	15/10/2017	2169 / 2169	IPCA + 4.71%	101,6 0% CDI	out/24	Final	9,33%	13,36%	SG	NA
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	5.643	5.395	15/10/2017	4035 / 4035	IPCA + 5.11%	103,5 0% CDI	out/27	Final	9,73%	13,61%	SG	NA

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (a.a)	Encargos Swap Ponta Passiva (a.a)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	(Taxa efetiva de SWAP) ⁽⁴⁾	Garantias ⁽¹⁾	Covenants ⁽³⁾
	2023	2022										
Debêntures 5ª Emissão	121.055	173.645	15/09/2018	135000 / 135000	IPCA + 5.08%	103,70% CDI	set/25	Anual a partir de set/23	9,70%	13,64%	A	1
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	72.442	72.543	10/06/2019	72000 / 72000	CDI + 0.73%	-	jun/24	Final	13,88%	-	A	1
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	48.297	48.365	10/06/2019	48000 / 48000	CDI + 0.83%	-	jun/26	Final	13,98%	-	A	1
Debêntures 7ª Emissão	-	63.190	15/02/2020	60000 / 60000	CDI + 0.95%	-	jan/23	Final	14,10%	-	A	1
Debêntures 8ª Emissão	102.702	154.780	25/08/2020	146933 / 146933	CDI + 2.30%	-	ago/25	Anual a partir de set/23	15,45%	-	A	2
Debêntures 5ª Emissão 1ª Série ⁽²⁾	2.162	-	11/10/2020	1720 / 1720	IPCA + 4.23%	CDI + 0,835%	out/27	Anual a partir de set/23	8,85%	13,99%	SG	1
Debêntures 5ª Emissão 2ª Série ⁽²⁾	16.701	-	11/10/2020	1328 / 1328	IPCA + 4.47%	CDI + 1,80%	out/30	Anual a partir de set/23	9,09%	14,95%	SG	1
Debêntures 9ª Emissão 1ª Série	10.081	9.641	11/10/2020	8020 / 8020	IPCA + 4.23%	CDI + 0,835%	out/27	Final	8,85%	13,99%	SG	NA
Debêntures 9ª Emissão 2ª Série	77.944	74.548	11/10/2020	61980 / 61980	IPCA + 4.47%	CDI + 1,80%	out/30	Anual a partir de out/28	9,09%	14,95%	SG	NA
Debêntures 10ª Emissão	62.370	59.614	15/10/2021	54634 / 54634	IPCA + 6.09%	CDI + 0,93%	out/31	Anual a partir de set/29	10,71%	14,08%	SG	NA
Debêntures 11ª Emissão	70.940	67.846	15/01/2022	63.000 / 63.000	IPCA + 6.01%	CDI + 0,755%	jan/30	Anual a partir de jan/29	10,63%	13,91%	A	2
Debêntures 12ª Emissão 1ª Série	20.177	-	13/09/2023	19.988 / 19.988	IPCA + 6.17%	-	set/30	Anual a partir de jan/29	10,79%	-	SG	NA
Debêntures 12ª Emissão 2ª Série	126.240	-	13/09/2023	125.012 / 125.012	IPCA + 6.45%	-	set/33	Anual a partir de jan/29	11,07%	-	SG	NA
(-) Custos de captação	(9.043)	(5.661)										
Marcação à Mercado de Dívida	12.123	(9.953)										
Total	762.440	735.568										

(1) A = Aval Energisa S.A. e SG = Sem Garantia.

(2) Debêntures incorporados da Energisa Borborema Distribuidora de Energia S/A em 01/04/2023.

(3) Condições de covenants.

(4) As taxas efetivas de swap na ponta passiva representam as variações ocorridas no exercício de 2023 demonstrados na nota explicativa nº31.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pelo controlador Energisa S/A, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
	(1) Menor ou igual a:	
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado ^(*)	4,0x até o vencimento, para emissões até março de 2020	Trimestral e Anual
	(2) Menor ou igual a:	
...	4,25x até o vencimento, para demais emissões	

(*) EBTIDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (nota explicativa nº 31). Em 2023, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

Em 2023 as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2023
2025	109.219
2026	46.908
2027	16.896
2028	30.229
Após 2028	344.644
Total	547.896

20. Impostos e contribuições sociais

	2023	2022
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS ^(*)	93.166	76.317
Encargos sociais	8.306	6.473
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	2.932	3.804
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	1.176	1.338
Contribuições ao PIS e a COFINS	23.600	20.512
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte (IRRF, PIS/COFINS/CSLL)	3.213	3.018
Impostos sobre Serviços - ISS	732	568
Outros	660	680
Total	133.785	112.710
Circulante	87.432	68.751
Não circulante	46.353	43.959

(*) Inclui R\$25.841 (R\$20.583 em 2022 referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares. Em contrapartida o valor é contabilizado na rubrica de consumidores e concessionárias no ativo não circulante (nota explicativa nº 6).

21. Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Em março de 2017 o STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições.

Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente a tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS"), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado na nota fiscal deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em relação à modulação da decisão, foi definido o dia 15 de março de 2017 como marco de retroatividade da decisão, ressalvadas as ações propostas até aquela data.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69 ainda pendentes de edição.

Em maio de 2019 transitou em julgado no Tribunal Regional Federal da 5ª Região decisão favorável no processo da Companhia.

A Administração da Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores jurídico e tributários, bem como no Despacho nº 246/2021 da Procuradoria da Fazenda Nacional que aprovou o Parecer SEI nº 7.698/2021-ME constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar no ativo de R\$289.795 (R\$337.151 em 2022) e do passivo de R\$206.089 (R\$316.250 em 2022), líquido de honorários devidos aos advogados, consultores e dos tributos incidentes sobre a receita financeira, correspondente a aplicação da variação da taxa Selic sobre o ativo reconhecido. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem utilizados como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico.

O Presidente da República sancionou em 27 de junho de 2022 a Lei 14.385 que disciplinou a devolução de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica.

O art. 3º da referida Lei também prevê que a Aneel deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Para a destinação dos valores acima referidos, a ANEEL considerará, nos processos tarifários, a integralidade do crédito a ser ressarcido em favor da distribuidora de energia elétrica deduzidos dos custos administrativos e tributários correspondentes e a capacidade de compensação desse crédito (pela distribuidora) perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ("RFB").

A destinação dar-se-á nos processos tarifários anuais, a partir do primeiro processo tarifário subsequente ao requerimento realizado perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ("RFB").

A Aneel poderá determinar a antecipação da destinação do crédito (no processo tarifário) ao requerimento à RFB, desde que haja anuência da distribuidora de energia elétrica quanto ao valor a ser antecipado e seja a distribuidora de energia elétrica restituída da remuneração referente ao valor antecipado.

A remuneração da antecipação será definida pela Aneel mediante revisão tarifária extraordinária com vistas a efetuar exclusivamente a destinação referente às decisões judiciais anteriores à entrada em vigor da nova Lei e aplicar-se às distribuidoras de energia elétrica cujos últimos processos tarifários tenham sido homologados a partir de janeiro de 2022. Os resumos dos impactos são como segue:

	2023	2022
Passivo		
Saldos em 2022 e 2021 - passivo não circulante	316.250	468.699
Saldo de Incorporação	57.101	-
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	24.934	32.876
Repasso de custos com honorários, consultoria e tributos	(1.362)	(1.487)
(-) Transferência para passivo financeiro setorial - repasse aos Consumidores	(190.834)	(183.838)
Saldos em 2023 e 2022 -	206.089	316.250
Circulante	138.642	-
Não circulante	67.447	316.250

22. Encargos setoriais

	2023	2022
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	5.757	2.884
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT ⁽²⁾	-	702
Ministério de Minas e Energia - MME ⁽²⁾	-	351
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL ⁽¹⁾	4.511	2.396
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D ⁽¹⁾	23.130	17.748
Programa de Eficiência Energética - PEE ⁽¹⁾	22.999	20.393
Total	56.397	44.474
Circulante	39.472	33.986
Não circulante	16.925	10.488

⁽¹⁾ O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa SELIC.

A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE.

Os gastos realizados com os projetos estão registrados na nota explicativa nº 10 - Outros créditos - Ordens de serviços em curso - PEE e P&D até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa. Para os projetos que resultam em bens (tangíveis ou intangíveis), haverá o registro do respectivo valor no ativo intangível/financeiro em contrapartida às obrigações vinculadas à concessão.

Em 08 de dezembro de 2023, à Procuradoria Federal junto à ANEEL (PF/ANEEL), expôs seu entendimento no Parecer n. 00316/2023/PFANEEL/PGE/AGU, estabelecendo a prorrogação até 31 de dezembro de 2025, dos percentuais mínimos de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), tanto para P&D como para PEE na oferta e no uso final da energia. Após a divulgação da Procuradoria da ANEEL, a Companhia refez os cálculos adotando o percentual de 0,50% para ambos os programas a partir de janeiro de 2023. Diante do exposto, temos valores a complementar para PEE e valores a serem compensados para P&D.

⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía saldo a receber, em decorrência do recálculo referente a alteração dos percentuais aplicados em PEE e P&D, conforme Parecer n. 00316/2023/PFANEEL/PGE/AGU.

23. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais, regulatórias e ambientais.

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria trabalhista, cível, fiscal, regulatório e ambiental.

23.1. Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal, envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Segue demonstrativo das movimentações das provisões:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	Ambiental	2023	2022
Saldos em 2022 e 2021 - não circulante	1.854	21.869	19	-	23.742	25.716
Saldo de incorporação (EBO)	169	931	-	-	1.100	-
Constituições de Provisões	722	18.548	-	5	19.275	9.807
Reversões de provisões	(638)	(10.459)	(1)	-	(11.098)	(6.115)
Pagamentos realizados	(1.191)	(13.855)	-	-	(15.046)	(6.312)
Atualização monetária	(202)	(1.001)	3	1	(1.199)	646
Saldos em 2023 e 2022 - não circulante	714	16.033	21	6	16.774	23.742

A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$47.883 (R\$40.710 em 2022), estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

Trabalhista

Os processos de natureza trabalhista referem-se em sua grande maioria a discussão sobre verbas contratuais/legais e indenizações, propostos por funcionários próprios, bem como subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregado.

Cível

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) interrupção por fornecimento; (ii) indenizações por danos morais/materiais e elétricos; (iii) indenizações por acidentes na rede; (iv) iluminação pública; (v) inscrição no Serasa e (vi) reclamação de consumo; (vii) suspensão por fornecimento; (viii) ligação nova e (viii) ações de regresso.

Fiscal

A maioria das ações tem por objeto discussões relacionadas a tributos IPTU que tramitam na comarca de Cabedelo, que se discute questões relacionadas a desapropriação de lotes pelo DNIT. Aguardando análise pericial.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

23.2. Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhista, cível, fiscal e regulatória em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas possíveis:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	Regulatória	2023	2022
Saldos em 2022 e 2021	5.111	45.612	205.980	2.423	259.126	173.569
Saldo de incorporação (EBO)	420	1.357	41.537	-	43.314	-
Novos processos	-	8	7.101	-	7.109	35.642
Mudança de prognóstico e valor pedido	(700)	(10.340)	(115.367)	-	(126.407)	(16.470)
Encerramento	(827)	(9.857)	(9.246)	-	(19.930)	(17.998)
Atualização monetária	541	1.629	23.654	320	26.144	18.469
Saldos em 2023 e 2022	<u>4.545</u>	<u>28.409</u>	<u>153.659</u>	<u>2.743</u>	<u>189.356</u>	<u>193.212</u>

Abaixo apresentamos os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhista

Os processos de natureza trabalhista referem-se em sua grande maioria a discussão sobre verbas contratuais/ticket alimentação, propostos por funcionários próprios, bem como subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Cível

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) interrupção por fornecimento; (ii) indenizações por danos morais/materiais e elétricos; (iii) indenizações por acidentes na rede; (iv) iluminação pública; (v) inscrição no Serasa e (vi) reclamação de consumo; (vii) suspensão por fornecimento; (viii) ligação nova e (viii) ações de regresso.

Fiscal

Ações de natureza tributária referem-se basicamente aos seguintes objetos: (i) exigência de ICMS decorrente da glosa de créditos na qual se questionam os débitos constituídos nos autos de infrações referentes ao exercício de janeiro de 2012 a dezembro de 2015. Tais débitos decorrem da glosa do crédito de ICMS de bens destinados ao ativo imobilizado, pois o Estado da Paraíba alega que a partir de 2010, as normas contábeis passaram a exigir que a concessionária escriturasse as novas aquisições no Ativo Intangível, que não concede o direito ao crédito de ICMS; (ii) exigência do IRPJ e CSLL decorrente da glosa de despesas; e (iii) glosa de crédito de PIS e COFINS e de despesas na apuração do IRPJ e CSLL relacionadas às perdas não técnicas de energia elétrica.

Principais Processos

Nº Processo/Ação	Tipo da ação	Objeto	2023	2022
Ação 93300008.09.00002840/2021-87	Auto de Infração	Discute não recolhimento de ICMS sobre operações de fornecimento de energia elétrica, supostamente declaradas como isentas.	34.129	30.903
Ação 0830317-38.2018.8.15.2001	Auto de Infração	Está sendo cobrado o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, do período de novembro de 2009 a dezembro de 2010, em razão do suposto aproveitamento indevido de créditos do imposto nas aquisições de bens para o ativo imobilizado. Em agosto de 2023 o processo teve prognóstico alterado de possível para remoto, tendo como base parecer dos consultores jurídicos.	-	64.964
Ação 10480.729848/2019-31	Auto de Infração	Discute anulação de multa envolvendo discussão sobre impactos nas apurações de PIS/COFINS e IRPJ/CSLL das perdas não técnicas.	33.405	29.504

Regulatório

Refere-se a processos de contingências regulatórias junto à ANEEL, referente a possível descumprimento de preceito regulatório.

24. Patrimônio Líquido

24.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$747.679 (R\$576.055 em 2022) está representado por 1.047.489 (918.160 em 2022) ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal.

Em 30 de abril de 2023 foi aprovado em Assembleia Geral o aumento de capital na Companhia no valor total de R\$171.624, mediante a emissão de 129.329 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, a serem subscritas e integralizadas pelos atuais acionistas da EBO, passando o capital para R\$747.679.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 6.000.000 ações ordinárias, cabendo ao Conselho de Administração à deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

24.2. Reservas de Capital

	2023	2022
Reserva especial de ágio ⁽¹⁾	94.078	94.078
Remuneração de imobilizações	2.457	2.457
Ações em tesouraria	467	467
Incentivos Fiscais - reinvestimento ⁽²⁾	10.386	10.386
Programa de remuneração variável (ILP) ⁽³⁾	4.299	3.200
Total	111.687	110.588

⁽¹⁾ Reserva especial de ágio - constituída em face da incorporação da controladora. Conforme mencionado na nota explicativa nº12, representa o benefício fiscal do ágio que será incorporado ao capital social da Companhia à medida que for apurado benefício fiscal em decorrência da amortização da parcela correspondente do ágio que lhe deu origem.

O artigo 27 da Portaria 283, de 04 de julho de 2013, expedida pelo Ministério da Integração Nacional (atual Ministério do Desenvolvimento Regional), prevê que as pessoas jurídicas enquadradas nos requisitos legais poderão depositar no Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB) o total de 30% (trinta por cento) do valor do Imposto de Renda devido pelos referidos empreendimentos, calculados sobre o lucro da exploração, acrescido de 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios, para reinvestimento.

Com a publicação da Lei nº 13.799, de 03 de janeiro de 2019, que alterou a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, as empresas com projetos de reinvestimento do imposto de renda aprovados pela SUDENE, poderão pleitear até 50% (cinquenta por cento) dos valores depositados para investimento em capital de giro, desde que o percentual restante seja destinado à aquisição de máquinas e equipamentos novos que façam parte do processo produtivo, em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o ano de 2023.

Os recursos liberados, deduzidos da quantia correspondente a 2%, a título de administração do projeto, conforme dispõe o artigo 19, parágrafo 2o, da Lei nº 8.167/1991, foram contabilizados em outras reservas de capital e, após sua aprovação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela Superintendência do Desenvolvimento Regional, serão capitalizados. A Companhia em cumprimento as exigências da legislação, efetuou a capitalização do saldo da reserva em 20 de maio de 2020.

- (2) Incentivos fiscais de Reinvestimentos - instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 5.508/1968, modificado pela Lei nº 8.167/1991, Lei nº 9.532/1997 e Medida Provisória nº 2.199/2014 que permite às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infra-estrutura e turismo o reinvestimento correspondente a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela (50% desses 30%) de Recursos Próprios. Os incentivos fiscais de Reinvestimento de 30% do IRPJ concedidos pela SUDENE à Companhia submetem-se às normas estabelecidas no Manual de Incentivos Fiscais da SUDENE, segundo o qual a incorporação dos recursos ao capital social da empresa deve ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela SUDENE, de forma que a Companhia deverá proceder, quando for o caso, a distribuição de ações ou quotas aos acionistas ou sócios, na forma estabelecida na legislação.
- (3) Programa de remuneração variável - ILP - refere-se à implementação do Programa de Remuneração Variável através da concessão de ações, denominada incentivo de longo prazo (ILP) (nota explicativa nº 11).

24.3. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

24.4. Reserva de lucros - reserva de incentivos fiscais (imposto de renda/reinvestimento)

A Companhia, por atuar no setor de infraestrutura na região Nordeste, obteve a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 629, do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (Novo Regulamento do Imposto de Renda).

Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo nº 0020/2020, Ofício SUDENE nº 1150/2020 de 25 de maio de 2020, que impõe algumas obrigações e restrições:

O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;

O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou aumentar capital, e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte, com aprovação em AGO/AGE;

O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de incentivos fiscais (imposto de renda). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apurou R\$68.313 (R\$71.653 em 2022) de redução de imposto de renda e adicionais.

Em 2023 foram apurados R\$1.591 referente ao Incentivo fiscal de Reinvestimentos, correspondente a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela de 50% de Recursos Próprios.

24.5. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a distribuição de dividendos, conforme segue:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	437.790	354.957
Reserva legal	(21.889)	-
Reserva de lucros - reserva de redução de imposto de renda	(69.904)	(71.653)
Lucro líquido ajustado	345.997	283.304
Dividendos obrigatórios (25%)	86.499	70.826
. Valores pagos em 02 de maio de 2023 - R\$20,41196237699140 (Valores pagos em 31 de maio de 2022- R\$96,543927735900) por ação ordinária (*)	91.731	88.643
. Valores pagos em 24 de agosto de 2023 - R87,500554191 (Valores pagos em 23 de agosto de 2022 - R\$58,3339899472) por ação ordinária (*)	91.656	53.560
. Valores pagos em 11 de novembro de 2022- R\$62,987046843600 por ação ordinária (*)	-	57.832
. Valores pagos em 09 de novembro de 2023- R\$74,28583809 correspondentes a Juros sobre capital próprio por ação ordinária, imputados aos dividendos(***)	77.814	-
. Dividendos adicionais propostos - correspondem a R\$80,9512870513 (R\$90,6910946349 em 2022) por ação ordinária (**)	84.796	83.269
Total dos dividendos	345.997	283.304
% sobre o lucro líquido ajustado	100	100

(*) Os dividendos antecipados aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração de 24 de abril e 10 de agosto de 2023 foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 31 de março e 30 de junho de 2022, respectivamente.

(**) Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.

(***) Os juros sobre capital próprio aprovados pela Reunião de Conselho de Administração de 09 de novembro de 2023 foram calculados sobre a posição acionária da companhia em 09 de novembro de 2023 e foram imputados aos dividendos do exercício.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

24.6. Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefícios pós emprego líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras.

Segue movimentação nos exercícios:

	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021	(8.326)	(14.609)
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	4.229	9.518
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	(1.438)	(3.235)
Saldo em 2023 e 2022	(5.535)	(8.326)

25. Receita operacional

Receita Bruta	2023			2022		
	Nº de consumidores (1)	MWh (1)	R\$	Nº de consumidores (1)	MWh (1)	R\$
Residencial	1.553.641	2.524.889	1.629.104	1.300.524	2.012.102	1.528.295
Industrial	4.544	184.757	124.175	3.925	156.992	124.416
Comercial	115.882	748.237	550.913	98.334	634.055	541.809
Rural	118.429	317.915	172.275	115.905	280.602	163.049
Poder público:						
Iluminação pública	999	277.009	113.257	881	254.516	125.102
Serviço público	1.287	146.407	75.735	1.049	223.609	118.976
Consumo próprio	309	5.165	-	301	4.494	-
Subtotal	1.814.476	4.515.035	2.878.955	1.538.532	3.817.214	2.801.088
Suprimento de energia a concessionária	-	1.610	21.057	-	102.166	28.182
Fornecimento não Faturado líquido	-	30.327	13.563	-	(1.744)	(26.266)
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	267	-	190.586	150	-	153.006
Receita de Construção da Infraestrutura (2)	-	-	332.782	-	-	278.338
Penalidades regulatórias	-	-	(8.937)	-	-	(6.634)
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	55.849	-	-	56.531
Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	-	-	97.989	-	-	(79.860)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	258.889	-	-	214.353
Outras receitas operacionais	-	-	36.413	-	-	32.971
Total - receita operacional bruta	1.814.743	4.546.972	3.877.146	1.538.682	3.917.636	3.451.709
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	535.387	-	-	629.158
PIS	-	-	48.524	-	-	41.225
COFINS	-	-	223.504	-	-	189.884
ISS	-	-	1.652	-	-	1.458
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	9.807	-	-	8.249
Encargos do consumidor - PROCEL	-	-	2.452	-	-	2.062
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	211.984	-	-	169.543
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	4.760	-	-	4.125
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	4.760	-	-	4.125
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	2.380	-	-	2.062
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	3.612	-	-	3.143
Total - deduções da receita operacional	-	-	1.048.822	-	-	1.055.034
Total - receita operacional líquida	1.814.743	4.546.972	2.828.324	1.538.682	3.917.636	2.396.675

(1) Não examinado pelos auditores independentes.

(2) A receita de construção da infraestrutura está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

26. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

	Custo do serviço			Custo do serviço		
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Gerais e administrativas	2023	2022
Energia elétrica comprada para revenda	1.122.225	-	-	-	1.122.225	962.558
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição	279.721	-	-	-	279.721	230.070
Pessoal e administradores	-	104.443	-	36.135	140.578	110.708
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	1.099	1.099	770
Benefícios pós emprego	-	11.656	-	(8.542)	3.114	8.680
Material	-	24.351	60	5.315	29.726	25.676
Serviços de terceiros	-	66.899	-	84.758	151.657	131.440
Depreciação e amortização (*)	-	104.600	-	12.540	117.140	94.712
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	-	18.700	-	-	18.700	35.969
Provisão (Reversão) de provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	-	8.177	8.177	4.074
Custo de construção da infraestrutura	-	-	332.782	-	332.782	278.338
Outras	-	5.388	8	18.105	23.501	19.838
Total	1.401.946	336.037	332.850	157.587	2.228.420	1.902.833

(*) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$2.225 (R\$1.710 em 2022).

Energia elétrica comprada para revenda

	MWH ⁽¹⁾		R\$	
	2023	2022	2023	2022
Energia de leilão	3.735.005	3.270.323	801.768	676.566
Energia bilateral	-	38.484	-	16.237
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12	180.316	147.281	59.647	50.497
Energia de curto prazo - CCEE	403.032	25.404	53.504	45.413
Cotas Garantia Física-Resolução Homologatória nº 1410/2013	1.003.475	1.123.089	155.252	150.934
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	99.169	89.916	53.658	56.367
Energia de reserva - ERR	-	-	109.525	63.446
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(111.129)	(96.902)
Total	5.420.997	4.694.497	1.122.225	962.558

⁽¹⁾ Informações fora do escopo dos auditores independentes.

27. Outros resultados

	2023	2022
Outras receitas:		
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	2.030	4.843
Outros	-	1.150
	2.030	5.993
Outras despesas:		
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(14.114)	(12.167)
Outras	(9.307)	(1.086)
	(23.421)	(13.253)
Total	(21.391)	(7.260)

28. Receitas despesas financeiras

	2023	2022
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações financeiras	31.669	34.877
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	50.285	54.512
Atualização financeira - Ativos financeiros setoriais	-	5.005
Juros Selic s/ impostos a recuperar	10.177	1.070
Tributos s/ receitas financeiras - PIS/COFINS	(5.965)	(6.118)
Efeitos da redução do ICMS - PIS/COFINS	29.286	31.997
Outras	6.858	4.109
Total receitas financeiras	122.310	125.452
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas - juros	(104.971)	(103.777)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(19.865)	(38.653)
(-) Transferência para ordens em curso	3.747	3.069
Ajuste a valor presente - AVP	3.506	(4.415)
Marcação a mercado da dívida	(23.399)	10.130
Marcação a mercado de derivativos	34.393	(11.992)
Instrumentos financeiros derivativos	(30.593)	(1.241)
Atualização de contingência	1.199	(646)
Despesas Bancárias/IOF	(3.174)	(1.891)
Comissão de aval	(14.195)	(12.484)
Atualização financeira - Passivos financeiros setoriais	(12.593)	(2.212)
Efeitos da redução do ICMS - PIS/COFINS	(24.934)	(32.876)
Outras	(5.949)	(1.583)
Total despesas financeiras	(196.828)	(198.571)
Despesas financeiras líquidas	(74.518)	(73.119)

29. Lucro por ação

O lucro por ação básico e diluído é calculado com base no resultado do exercício atribuível a respectiva média ponderada da quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	437.790	354.957
Média ponderada do número de ações ordinárias	1.015	918
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária em Reais - R\$ ⁽¹⁾	431,32	386,66

(1) A Companhia não possui instrumento diluidor.

30. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos de Seguro	Data de Vencimento	Importância Segurada	Total Prêmio	
			2023	2022
Seguro de Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética	25/08/2024	30.000	150	137
Riscos Operacionais	22/06/2025	90.000	1.377	670
Responsabilidade Civil Geral	23/06/2025	90.000	551	417
Auto - Frota	23/10/2024	Até R\$ 1.110 /veículo	181	134
Vida em Grupo e Acidentes pessoais	31/01/2026	166.065	503	428
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2025	75.000	41	36
Transporte nacional	04/04/2024	Até R\$ 5.000 /veículo	17	11
Responsabilidade do Explorador ou Transporte Aéreo - R.E.T.A (Drones)	12/01/2025	1.061/drone	1	3
			2.821	1.836

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício de 2023 é de R\$55.849 (R\$56.531 em 2022), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgados na nota explicativa nº 12.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

ATIVO	Nível	2023		2022	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa		77.152	77.152	45.256	45.256
Consumidores e concessionárias		471.070	471.070	401.462	401.462
		548.222	548.222	446.718	446.718
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	267.703	267.703	203.328	203.328
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	1.505.830	1.505.830	1.141.491	1.141.491
Instrumentos financeiros derivativos	2	91.694	91.694	58.333	56.785
		1.865.227	1.865.227	1.403.152	1.401.604

PASSIVO	Nível	2023		2022	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Fornecedores		280.180	280.180	177.577	177.577
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		1.417.311	1.420.590	1.136.847	1.135.907
Arrendamentos operacionais		1.324	1.324	1.918	1.918
Passivos financeiros setoriais		323.473	323.473	190.146	190.146
		2.022.288	2.025.567	1.506.488	1.505.548
Valor justo por meio de resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	22.924	22.924	19.790	19.829
		22.924	22.924	19.790	19.829

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “*swap*” (instrumento de *hedge*) para troca de variação de juros, para variação do CDI como *hedge accounting*. Em 31 de dezembro de 2022 essas operações, assim como as dívidas (objeto do *hedge*) estão sendo avaliadas de acordo com a

contabilidade de “*hedge*” de valor justo. Em tais designações de *hedge* a Companhia documentou: (i) a relação de *hedge*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do *hedge*.

Os contratos de “*swap*” são designados e efetivos como “*hedge*” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o “*hedge*” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como “*hedge*” foi impactado em R\$22.076 devedor (R\$10.130 devedor em 2022) e reconhecidos no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “*swap*” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia não possui avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de dívidas contratadas para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “*swap*” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “*swaps*” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$1.323 devedor e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “*swap*” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Incertezas

Os valores foram estimados na data das demonstrações financeiras, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício são:

	2023	2022
Dívida ⁽¹⁾	1.417.311	1.136.847
Caixa e equivalente de caixa	(77.152)	(45.256)
Dívida líquida	1.340.159	1.091.591
Patrimônio líquido	1.451.595	1.178.194
Índice de endividamento líquido	0,92	0,93

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18 e 19.

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados considerando os vencimentos contratuais futuros. Não é esperado que possa ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)/meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		264.867				15.313	280.180
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	12,64%	322.969	223.570	478.640	182.143	722.811	1.930.133
Instrumentos Financeiros							
Derivativos		(3.633)	(7.807)	(24.758)	2.352	(34.924)	(68.770)
Total		584.203	215.763	453.882	184.495	703.200	2.141.543

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" do Grupo Energisa.

O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras, são como segue:

	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	77.152	45.256
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	267.703	203.328
Consumidores e concessionárias	6	471.070	401.462
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	1.505.830	1.141.491
Instrumentos financeiros derivativos	31	91.694	58.333

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agentes de fomento nacional, mercado de capitais (debêntures e notas promissórias) e empréstimos bancários, denominados em real e moedas estrangeiras, resultando em exposição a riscos de variações cambiais, de taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira contra essas variações.

O montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 2023, excluídos os efeitos dos custos com captação é de R\$1.426.593 (R\$ 1.142.526 em 2022), cerca de R\$213.525 estão representados em moedas estrangeiras conforme notas explicativas nº 18 e nº 19.

Para os contratos suscetíveis às variações do dólar norte-americano, a taxa de câmbio encerrou o exercício de 2023 com queda de 7,21% sobre 2022, cotado a R\$4,8413 / USD. A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 2023 era de 9,87%, enquanto 2022 foi de 16,00%.

O balanço patrimonial da controladora e o consolidado apresentam os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e às taxas de juros, que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	2023	2022
Ativo circulante	32.435	4.310
Ativo não circulante	59.259	54.023
	91.694	58.333
Passivo circulante	20.995	19.790
Passivo não circulante	1.929	-
	22.924	19.790

Os saldos apresentados acima, não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos em 2023, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge.

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados a moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (moeda estrangeira)	Custo financeiros (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta ativa	Ponta passiva		
Resolução 4131 - Scotiabank	7.901	USD + 1,7850%	CDI + 1,65%	17/06/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	3.849	USD + 6,31%	CDI + 1,57%	09/03/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America	9.470	USD + 5,9176%	CDI + 1,55%	27/03/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	12.500	(SOFR + 0,84%) x 117,647%	CDI + 1,55%	28/10/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	10.040	(SOFR + 0,88) x 117,647	CDI + 1,70%	15/08/2025	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de *swap* de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao "Notional" de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de *swap* de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú x EPB	13.618	IPCA + 5,6601%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x EPB	2.169	IPCA + 4,7110%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x EPB	4.035	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Safra x EPB	90.000	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x EPB	13.938	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	Não Designada
J.P. Morgan X EPB	64.870	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	Não Designada
Bank of America x EPB	8.555	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	Não Designada
Bank of America x EPB	1.835	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	Não Designada
Itaú x EPB	49.924	IPCA + 5,11%	CDI + 0,25%	15/10/2026	Não Designada
J.P. Morgan x EPB	54.634	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,93%	15/10/2031	Fair Value Hedge
BR Partners x EPB	63.000	IPCA + 6,0123%	CDI + 0,755%	15/01/2030	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores foram contabilizados como "Fair Value Option", vigentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Dívida Designada para Fair Value Option	223.125	-	Moeda estrangeira - USD	(213.502)	-
			Posição ativa		
			Moeda estrangeira - USD	213.502	-
Swap cambial (Derivativo)	223.125	-	Posição passiva		
			Taxa de juros CDI	(227.917)	-
			Posição líquida Swap	(14.415)	-
			Posição líquida dívida + Swap	(227.917)	-

A Companhia designa certos instrumentos de “*hedge*” relacionados a risco com variação cambial e taxa pré-fixada dos empréstimos como “*hedge*” de valor justo (“*fair value hedge*”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Dívida (Objeto de <i>Hedge</i>) *	366.578	395.805	Taxa Pré-Fixada	(295.361)	(318.371)
			Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	462.795	450.131
Swap de Juros	366.578	395.805	Posição Passiva		
(Instrumento de <i>Hedge</i>)			Taxa de Juros CDI	(379.610)	(411.588)
			Posição Líquida Swap	83.185	38.543
			Posição Líquida Dívida + Swap	(212.176)	(279.828)

(*) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos em 2023 e em 2022 foram apurados com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possui expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de moedas estrangeiras foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

(a) Variação Cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 2023, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida moeda estrangeira	(223.125)	Alta USD	(220.044)	(272.649)	(325.254)
Variação dívida			3.081	(49.524)	(102.129)
Posição ativa					
Instrumentos financeiros derivativos - USD	213.502		210.421	263.026	315.631

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Variação			(3.081)	49.524	102.129
Posição passiva					
Instrumentos financeiros derivativos - taxa de juros CDI	(227.917)		(227.917)	(227.917)	(227.917)
Subtotal	(14.415)		(17.496)	35.109	87.714
Total líquido	(237.540)		(237.540)	(237.540)	(237.540)

⁽¹⁾ O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 2023, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente seria de R\$ 237.540 em ambos os casos.

(b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 2023, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras:

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(366.578)		(366.578)	(366.578)	(366.578)
Swap de Juros			-	-	-
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	462.795		462.795	462.795	462.795
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI + TJLP	(379.610)	Alta CDI	(379.610)	(398.839)	(417.833)
Variação			-	(19.229)	(38.223)
Subtotal	83.185		83.185	63.956	44.962
Total Líquido	(283.393)		(283.393)	(302.622)	(321.616)

O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A., sendo os principais listados abaixo:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	284.354	Alta do CDI	25.592	31.990	38.388

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(227.917)	Alta CDI	(20.513)	(25.641)	(30.770)
	(410.919)	Alta CDI	(36.983)	(46.229)	(55.475)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(706.619)	Alta IPCA	(32.646)	(40.808)	(48.969)
	(93.395)	Alta INPC	(3.465)	(4.331)	(5.198)
Subtotal ⁽²⁾	(1.438.850)		(93.607)	(117.009)	(140.412)
Total	(1.154.496)		(68.015)	(85.019)	(102.024)

(1) Considera o CDI de 31 de dezembro 2024 (9,00% a.a.), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2023, INPC 3,71% e IPCA 4,62%.

(2) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$12.257.

32. Benefícios pós emprego

32.1. Composição dos passivos de benefício pós-emprego relacionados aos planos de aposentadoria e pensão e plano de saúde:

	Plano de Saúde	Contratos de dívida		Total	
		Plano BD	Plano CD	2023	2022
Total	4.281	72.517	23.013	99.811	106.242
	4.281	72.517	23.013	99.811	106.242
Circulante	600	5.661	1.857	8.118	7.944
Não circulante	3.681	66.856	21.156	91.693	98.298
Benefícios pós-emprego				4.281	7.834
Empréstimos, financiamentos encargos de				95.530	98.408

32.2. Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades de benefício definido, contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a plano de contribuição variável e plano de contribuição definida.

A administração desses planos é realizada por meio da Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

Os planos de benefício patrocinados pela Companhia e suas controladas são:

Plano	Modalidade do plano	Status	Data Instituição	Benefício
Plano Funasa PO	BD	Fechado	25/02/1987	Assegura benefícios suplementares: <ul style="list-style-type: none"> • Aposentadoria por tempo de contribuição/idade; • Aposentadoria por invalidez; • Aposentadoria especial; • Abono anual; • Pensão e pecúlio por morte.
Plano Funasa PCD	CD	Fechado	19/12/2008	<ul style="list-style-type: none"> • Benefício programado; • Benefício de renda por invalidez;

Plano	Modalidade do plano	Status	Data Instituição	Benefício
				<ul style="list-style-type: none"> • Benefício de pensão por morte. • Abono anual.
Plano Funasa Saldado	BD	Fechado	19/12/2008	<ul style="list-style-type: none"> • Complementação de aposentadoria saldada por tempo de contribuição; • Complementação de aposentadoria saldada especial; • Complementação de aposentadoria saldada por idade; • Complementação de aposentadoria saldada por invalidez; • Pensão saldada por morte e pecúlio saldado por morte; • Abono saldado anual.
Plano Energisa CD	CD	Aberto	07/04/2017	<ul style="list-style-type: none"> • Aposentadoria; • Benefício por invalidez; • Pensão por morte.

No exercício, a despesa de patrocínio ao plano Energisa CD foi de R\$3.513 (R\$2.331 em 2022), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do exercício.

Em 2023 foi reconhecido um crédito na despesa de pessoal em contrapartida um ativo a receber do Fundo Patronal do plano de previdência, no montante de R\$15, valor originado da parcela das contribuições patronais não recebidas pelos participantes que optaram pelo resgate de saldo e que possuía alguma restrição desse resgate das contribuições patronais.

O custeio dos planos Funasa é realizado exclusivamente pela Patrocinadora. Os demais planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a participação definida em cada regulamento.

Número de participantes/beneficiários

Atualmente apenas o Plano Energisa CD está aberto para novas adesões e o número de participantes do plano está apresentado a seguir:

	Consolidado	
	2023	2022
Ativos	1.384	1.103
Autopatrocínados	5	4
Benefício Proporcional Diferido - BPD	11	7
Assistidos	253	229
Total	1.653	1.343

Migração entre planos das controladas

Em 2022, 2021 e 2020 foram realizados movimentos de migração de participantes dos planos patrocinados pela Companhia para o Plano Energisa CD. Esse processo foi autorizado pelo regulador PREVIC, através da Portaria 467, de 02 de julho de 2020. A migração ocorreu em quatro tranches, dezembro de 2020, julho de 2021, novembro de 2021 e julho de 2022. O quadro a seguir apresenta o percentual de participantes que migraram de cada plano:

Plano	ACUMULADO	
	ATIVO	ASSISTIDO
Funasa BD-1	38%	32%
Funasa Saldado	25%	22%
Funasa CD	93%	14%
Funasa CD + Saldado	43%	7%

Retirada de patrocínio

Em 31 de janeiro de 2023 a Companhia solicitou à EnergisaPrev a retirada de patrocínio do plano de benefício (Plano Funasa CD), em face ao reduzido número de participantes remanescentes nesses planos, após os movimentos de migrações concluídos em 2022, tornando-os inviáveis em termos de custeio administrativo.

Em 18 de janeiro de 2024 a PREVIC-Superintendência Nacional de Previdência Complementar comunicou a EnergisaPrev quanto ao arquivamento da solicitação de retirada de patrocínio, baseada na publicação e entrada em vigor da nova resolução que dispõe sobre a retirada de patrocínio “Resolução CNPC/MPS nº 59, de 13 de dezembro de 2023”, e orientou a entidade aguardar a edição do normativo que regulamentará a referida resolução para a proposição de novo pedido de retirada de patrocínio.

32.3. Situação financeira dos planos de benefícios - avaliação atuarial

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2021, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação:

a. Número de participantes/beneficiários:

	2023		2022	
	FUNASA PO	FUNASA SALDADO	FUNASA PO	FUNASA SALDADO
Ativos	6	59	8	65
Assistidos	231	105	243	99
Beneficiários Pensionistas	172	6	168	6
Total	409	170	419	170

b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial

	2023		2022	
	FUNASA PO	FUNASA SALDADO	FUNASA PO	FUNASA SALDADO
I - Premissas Biométricas				
Tábua de Mortalidade Geral ⁽¹⁾	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT FRACA	LIGHT FRACA
Tábua de Mortalidade de Inválidos ⁽¹⁾	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI 85	MI 85
Composição Familiar (Ativos)	Não Aplicável	Não Aplicável	Família média padrão	Família média padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real
II - Variáveis Econômicas				
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	5,75% a.a.	5,75% a.a.	6,26% a.a.	6,26% a.a.
Expectativa de Inflação Futura	4,00% a.a.	4,00% a.a.	5,0% a.a.	5,0% a.a.
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	9,98% a.a.	9,98% a.a.	11,57% a.a.	11,57% a.a.
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	100% a.a.	Não Aplicável	100%	100%
Taxa de Crescimento Real de Salários	2,19% a.a.	Não Aplicável	8,02 a.a.	0,00%
Taxa de Rotatividade	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.
III - Regime Financeiro de Capitalização				
	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

⁽¹⁾ Tábuas específicas por sexo.

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (R1).

O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários.

As remensurações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

c. Conciliação da posição dos planos

A seguir apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e obrigações dos planos de aposentadoria e pensão da Companhia:

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Ativo	2023			2022		
	FUNASA PO	FUNASA SALDADO	TOTAL	FUNASA PO	FUNASA SALDADO	TOTAL
Valor justo dos ativos em 2022 e 2021	59.735	47.034	106.769	65.291	44.957	110.248
Ganhos/(Perdas) dos ativos	(3.398)	(277)	(3.675)	3.245	(760)	2.485
Retorno esperado dos ativos	6.553	5.337	11.890	6.354	4.449	10.803
Contribuições do empregador	8.669	397	9.066	8.914	375	9.289
Contribuições dos participantes	1.521	-	1.521	1.409	-	1.409
Benefícios pagos	(14.167)	(2.383)	(16.550)	(13.910)	(1.713)	(15.623)
Custo do serviço passado (encurtamento/ <i>curtailment</i>)	-	-	-	(11.568)	(274)	(11.842)
Valor justo dos ativos em 2023 e 2022	58.913	50.108	109.021	59.735	47.034	106.769

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Obrigação	2023			2022		
	FUNASA PO	FUNASA SALDADO	TOTAL	FUNASA PO	FUNASA SALDADO	TOTAL
Valor presente das obrigações em 2022 e 2021	128.300	40.371	168.671	153.756	42.958	196.714
Custo do serviço corrente	8	-	8	14	-	14
Custo dos juros	14.488	4.566	19.054	15.244	4.248	19.492
Contribuições de participantes do plano	1.521	-	1.521	1.409	-	1.409
(Ganhos)/Perdas atuariais	(6.087)	1.073	(5.014)	(16.302)	(4.780)	(21.082)
Benefícios pagos	(14.167)	(2.383)	(16.550)	(13.910)	(1.713)	(15.623)
Custo do serviço passado (encurtamento/ <i>curtailment</i>)	-	-	-	(11.911)	(342)	(12.253)
Valor presente das obrigações em 2023 e 2022	124.063	43.627	167.690	128.300	40.371	168.671

Posição Líquida dos planos	2023			2022		
	FUNASA PO	FUNASA SALDADO	TOTAL	FUNASA PO	FUNASA SALDADO	TOTAL
Valor justo dos ativos	58.913	50.108	109.021	59.735	47.034	106.769
Valor presente das obrigações	(124.063)	(43.627)	(167.690)	(128.300)	(40.371)	(168.671)
Posição Líquida	(65.150)	6.481	(58.669)	(68.565)	6.663	(61.902)
Limite do Ativo	-	(6.481)	(6.481)	-	(6.663)	(6.663)
Déficit passível de reconhecimento	(65.150)	-	(65.150)	(68.565)	-	(68.565)

Valor líquido reconhecido no balanço:

Movimentação dos Saldos	2023	2022
Posição líquida em 2022 e 2021	68.565	88.465
Efeito em ORA	(2.688)	(19.548)
Contribuição do empregador	(8.668)	(8.914)
Impacto decorrente de redução no plano de benefício (encurtamento/ <i>curtailment</i>)	-	6.248
Transferência de Dívida entre Planos (BD-CD)	-	(6.591)
Efeito no resultado do exercício	7.941	8.905
Posição líquida em 2023 e 2022 ⁽¹⁾	65.150	68.565

⁽¹⁾ O saldo dos contratos de dívidas firmados para cobertura dos déficits contratados, apresentados na nota explicativa nº18, é superior ao valor líquido do passivo de benefício definido - déficit, portanto, em 2023 e 2022 não há saldo na rubrica de benefício pós emprego para previdência.

Demonstração das despesas para o exercício de 2024 segundo os critérios do CPC 33 (R1):

	2024
Custo do Serviço Corrente	5
Custo dos juros	12.112
Retorno dos Ativos do Plano	(5.610)
Total da despesa a ser reconhecida	6.507

d. Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos

	FUNASA PO		FUNASA SALDADO	
	2023	2022	2023	2022
Ativos do plano:				
Títulos públicos	66,93%	57,51%	61,93%	54,64%
Fundos de investimentos em renda fixa	19,42%	29,62%	37,95%	45,18%
Fundos de investimentos	11,31%	-	-	-
Operações com participantes	0,30%	0,53%	0,11%	0,18%
Outros	2,04%	12,34%	0,01%	-
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

e. Análise de sensibilidade

A premissa atuarial significativa para a determinação da obrigação atuarial é a taxa de desconto. Para demonstrar como a obrigação do benefício definido teria sido afetada por mudança significativa da taxa de desconto, a análise de sensibilidade foi realizada considerando alteração da taxa de desconto em 0,25% de aumento ou redução, mantendo-se todas as demais premissas adotadas. A seguir são apresentados os resultados:

Movimentação dos Saldos	FUNASA PO		FUNASA SALDADO	
	2023	2022	2023	2022
Valor presente das obrigações Atuariais real	124.061	128.300	43.628	40.371
Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,50% (0,25% em 2022)	130.265	131.361	46.364	41.560
Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,50% (0,25% em 2022)	108.118	114.408	41.143	39.236

32.4. Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento:

- **Pós pagamento:** As contribuições mensais da companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.
- **Pré pagamento:** As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-actuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). Em 2023 as despesas com o plano de saúde foram de R\$8.541 (R\$6.692 em 2022). Inclui R\$343 (R\$90 em 2022) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

A seguir são apresentadas a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, a movimentação do passivo atuarial no exercício e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

	2023	2022
Valor presente das Obrigações no início do exercício	7.834	3.715
Custo do serviço corrente	343	90
Custo dos Juros	1.060	373
(Ganhos)/Perdas atuariais - ORA	(4.956)	3.656
Valor das obrigações calculadas no final do exercício	4.281	7.834
Circulante	600	1.248
Não circulante	3.681	6.586

Demonstração das despesas para o exercício de 2024, segundo critérios do CPC33 (R1):

	2024
Custo do serviço corrente	173
Custo dos Juros	427
Total da despesa a ser reconhecida	600

Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2023		2022	
	BRADESCO	UNIMED NACIONAL	SULAMERICA	UNIMED NACIONAL
VARIÁVEIS ECONÔMICAS				
Taxa Real de desconto da obrigação atuarial	5,75%	5,75%	6,26%	6,26%
Expectativa real de inflação futura	4,00%	4,00%	5,00%	5,00%
Taxa de desconto da obrigação atuarial	9,98%	9,98%	11,57%	11,57%
Taxa de crescimento de benefícios	4,00%	4,00%	5,00%	5,00%
Taxa Real de crescimento de custos médicos	5,00%	5,00%	4,00%	4,00%
Taxa de crescimento de custos médicos	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%
Taxa de rotatividade	11,50%	11,50%	7,50%	7,50%
Permanência no plano na aposentadoria	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Fator de envelhecimento	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
TÁBUAS BIOMÉTRICAS				
Tábua de mortalidade	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de invalidez	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)
Método de financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

33. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Vigência	Contrato de compra de energia ⁽¹⁾				
	2024	2025	2026	2027	Após 2027
2023 a 2053	951.313	892.801	861.958	820.832	12.462.199

⁽¹⁾ Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente no final de 31 de dezembro de 2023, homologados pela ANEEL.

34. Meio ambiente (*)

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

1. Nas Redes e linhas: para as extensões de redes e linhas que passem em regiões de mata, ou outro tipo de área de preservação permanente, a empresa faz o RAS - Relatório Ambiental Simplificado, e quando necessário, o Estudo Fitossociológico. Também apresenta as possíveis e eventuais medidas mitigadoras e/ou compensatórias

a serem implementadas, à sua execução conforme previsto nas Normas Brasileiras de Distribuição, bem como as adotadas pela Companhia.

2. Nas construções das linhas de distribuição de alta tensão e subestações, além dos Relatórios Ambientais Simplificados - RAS são elaborados estudos de arqueologia preventiva supervisionado pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Arqueológico Nacional, quando necessário, que indicam a possibilidade de ocorrência de vestígios arqueológicos e se encontrados são avaliados os possíveis impactos sobre o patrimônio histórico cultural, como também a elaboração de Estudo de Viabilidade Ambiental - EVA, Plano de Controle Ambiental - PCA, Inspeções Ambientais. São instalados nas subestações proteção para evitar o contato acidental de animais e conseqüentemente sua morte.
3. Na operacionalização do Sistema de Gestão Integrado: prevê a implementação de uma ferramenta compatível com as normas ISO 14.001, e Legislação pertinentes, capaz de fornecer os subsídios necessários ao adequado monitoramento dos aspectos socioambientais.
4. Na realização de padronização de procedimentos operacionais, instruções técnicas e normas de distribuição e transmissão unificadas, englobando todas as atividades da Gerência Técnica Corporativa da Distribuição em consonância com o Sistema de Gestão em Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança, com apoio da área de meio ambiente da Companhia.
5. Na realização sistemática e permanente de análises em amostras de óleo isolante, verificando-se a não existência de indícios de ascarel e/ou de impurezas, de forma a eliminá-los dos equipamentos da empresa, ratificando, assim, o cumprimento dos requisitos legais.
6. Na disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos. A Companhia tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma o acondicionamento e regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos e recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente, bem como a disponibilização de papas-lâmpada, pilha e bateria, para os colaboradores depositarem os resíduos e destinarmos de forma adequada os resíduos, através de empresas devidamente licenciadas.
7. No desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R`s (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e palestras nas escolas (Dia da Água, Semana do Meio Ambiente), e da divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores).
8. No Projeto de Reforma Civil em Subestações que consiste na construção de bacia de contenção de óleo isolante e sistema separador de água óleo, com o objetivo de mitigar a área contaminada caso ocorra vazamento de óleo nos transformadores de grande porte e instalação de proteção contra animais.
9. No projeto de meio ambiente voltado para conscientização ambiental da população com foco na distribuição de mudas, disciplinando a correta maneira de plantio e distribuição de cartilhas sobre arborização como também a realização de recuperação de APPs direcionado para o projeto Nascentes vivas em parceria com a SUDEMA.
10. No tocante a convênio firmamos acordo com a SBAU - Sociedade de Arborização urbana objetivando a disseminação socioambiental e a gestão da arborização no estado da Paraíba.
11. Na contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental, bem como informa aos parceiros e clientes sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente que visam, em suma preservar a vida.
12. Na atuação junto ao poder público municipal e estadual para incluir a compatibilidade com a arborização no planejamento de obras e treinamento de procedimentos adequados para poda de árvores bem como o uso de redes protegidas e isoladas na construção das nossas redes.
13. Temos os Prédios de Guarabira que foi construído com critérios voltados para questão sustentável e o Núcleo Regional Oeste este recebeu o selo de Certificação Internacional LEED, em nível Prata), em face das técnicas, princípios e critérios de sustentabilidade adotados nas construções.

No exercício de 2023, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$68.290 (R\$75.971 em 2022), sendo R\$61.935 (R\$70.789 em 2022) alocados no ativo intangível e R\$6.354 (R\$5.182 em 2022) em despesas operacionais.

(*) informações fora do escopo dos auditores independentes.

35. Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 2023 e 2022, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2023	2022
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	181.003	151.065
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	55.849	56.531
Atividades operacionais		
Pagamento de Fornecedores a prazo	42.119	17.690
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	42.119	17.690
Atividades de financiamento		
Empréstimos e Financiamentos - repactuação déficit atuarial	3.415	3.313
Incorporação - Energisa Borborema Distribuidora de Energia S/A		
Aplicações financeiras	17.147	-
Consumidores e concessionárias	47.692	-
Estoques	1.182	-
Tributos a recuperar	8.614	-
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	60.612	-
Despesas Antecipadas	769	-
Ativos financeiros setoriais	26.802	-
Cauções e depósitos vinculados	5.412	-
Ativo financeiro indenizável da concessão	130.964	-
Instrumentos financeiros derivativos	4.571	-
Outros créditos	14.702	-
Investimentos	103	-
Imobilizado	1.102	-
Intangível - contrato de concessão	63.762	-
Intangível - direito de uso	168	-
Intangível - software	4.207	-
Ativo contratual - Infraestrutura em construção	8.769	-
Fornecedores	23.426	-
Dividendos a pagar	7.906	-
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida	78.690	-
Debêntures	18.314	-
Impostos e contribuições sociais	13.892	-
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	57.183	-
Passivos financeiros setoriais	32.511	-
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	1.100	-
Instrumentos financeiros derivativos	7.609	-
Contribuição Iluminação Pública	3.291	-

	2023	2022
Benefício pós emprego	143	-
Arrendamentos Operacionais	187	-
Encargos setoriais	4.618	-
Outras contas a pagar	6.111	-

36. Eventos subsequentes

36.1 Aprovação de dividendos adicionais propostos

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 12 de março de 2024, aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta do lucro do exercício de 2023, no montante de R\$84.796, equivalentes a R\$ 80,9512870513 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 01 de abril de 2024, com base na posição acionária da Companhia em 13 de março de 2024.

Declaração dos Diretores da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2023

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

João Pessoa, 12 de março de 2024.

Márcio Mario Zidan
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Diretor de Relações com Investidores

Fernando Cezar Maia
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Jairo Kennedy Soares Perez
Diretor Técnico e Comercial

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem designação específica

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" PB

Declaração dos Diretores da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre o parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

João Pessoa, 12 de março de 2024.

Márcio Mario Zidan
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Diretor de Relações com Investidores

Fernando Cezar Maia
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Jairo Kennedy Soares Perez
Diretor Técnico e Comercial

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem designação específica

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" PB

Conselho de Administração

Ivan Müller Botelho
Presidente

Ricardo Perez Botelho
Vice-Presidente

Marcelo Silveira da Rocha
Conselheiro

Maurício Perez Botelho
Suplente

Diretoria Executiva

Márcio Mario Zidan
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Diretor de Relações com Investidores

Fernando Cezar Maia
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Jairo Kennedy Soares Perez
Diretor Técnico e Comercial

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem designação específica

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" PB

Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida e disponibilidade da rede elétrica

Porque é um PAA (Principal Assunto de Auditoria)

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 25 às demonstrações financeiras, a Companhia registra mensalmente o fornecimento de energia elétrica faturada e disponibilidade de sua rede elétrica, através da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição, bem como a realização das contas a receber na medida em que estas são arrecadadas.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido ao grande volume e pulverização das transações que ocorrem mensalmente, tendo relevância significativa para as operações e dependência de processamentos sistêmicos complexos, que garantam a inclusão da totalidade dos consumidores. Além disso, a valorização das quantidades de energia faturadas deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria sobre o registro do faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida pela Companhia incluíram, entre outros (a) entendimento e avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relevantes relacionados ao processo de medição de volumes de energia e tarifas aplicadas; (b) envolvimento de auditores especialistas da área de Tecnologia da Informação - TI para a identificação dos sistemas relevantes utilizados no processamento da medição e faturamento da energia elétrica fornecida, interface de sistemas e controles automatizados relacionados aos fluxos relevantes do faturamento, bem como os controles internos existentes para garantir a precisão e integridade do registro do faturamento com o sistema contábil; (c) a execução de teste que compreendeu desenvolver, a partir de nosso conhecimento da indústria, uma expectativa independente do montante faturado e sua comparação com as receitas efetivamente reconhecidas; (d) confrontação das tarifas utilizadas nos faturamentos com aquelas aprovadas pelo Órgão Regulador do setor; (e) confronto dos montantes recebidos ao longo do exercício com o nível de perda esperada apurado pela Administração; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos que os valores contabilizados referentes ao faturamento da energia elétrica e à disponibilização da rede elétrica estão consistentes com as políticas internas e diretrizes usualmente aplicadas no setor, bem como as divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais, regulatórias e ambientais

Porque é um PAA (Principal Assunto de Auditoria)

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 23 às demonstrações financeiras, a Companhia possui diversos processos e/ou questionamentos cíveis, trabalhistas, fiscais, regulatórias e ambientais (doravante “provisão para riscos”), cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle e deverão ser solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A Administração, em conjunto com seus advogados, precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos e na definição das estimativas de perda de cada disputa em andamento. A partir desse julgamento, a Administração define uma provisão para os processos e/ou questionamentos, cujas perdas são consideradas prováveis.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude do elevado grau de julgamento necessário para determinar os prognósticos de perda, a mensuração da provisão para riscos e elaboração das divulgações requeridas nas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros (a) avaliação do desenho e implementação de controles internos relevantes sobre as provisões para riscos e divulgação dos passivos contingentes; (b) envio de confirmação independente para os advogados responsáveis pelos principais processos e/ou questionamentos em curso; (c) verificação da consistência das informações existentes no relatório de inventário de processos e de riscos da Companhia com as respostas dos advogados; (d) discussões com a Administração e seus advogados sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (e) teste da totalização dos processos e/ou questionamentos que compõem a provisão para riscos; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos aceitáveis os valores contabilizados de provisões para riscos e a avaliação dos passivos contingentes, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4